

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ECONOMIA**

IRACELMA PATRÍCIA DA SILVA INÁCIO

**ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ANGOLA NO
PERÍODO 2002 A 2015**

**CRICIÚMA
2016**

IRACELMA PATRÍCIA DA SILVA INÁCIO

**ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ANGOLA NO
PERÍODO 2002 A 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel em Economia no curso de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof.Me.Thiago Rocha Fabris

CRICIÚMA

2016

IRACELMA PATRÍCIA DA SILVA INÁCIO

**ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ANGOLA NO
PERÍODO 2002 A 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel em Economia, no Curso de Economia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Macroeconomia.

Criciúma, 08 de Dezembro de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Thiago Rocha Fabris - (UNESC) - Orientadora

Prof. Me. Amauri De Sousa Porto Junior- (UNESC) – Examinador

Prof. Me. Joelcy José Sá Lanzaolini - (UNESC) - Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades, e aos meus pais, Francisco Antônio Inácio e Conceição da Silva Francisco Inácio, por terem me dado a vida e que por estarem sempre presentes, apoiando-me e me dando forças para que eu continuasse na luta, durante essa etapa da minha vida.

Um agradecimento mais do que especial ao meu tio, que tem na minha vida a posição de um pai, Francisco da Silva Cristóvão, o nosso “Mano”. Ele, sim, é o alicerce da minha formação. Faltam-me palavras para expressar o meu eterno agradecimento pelas suas críticas construtivas. Hoje, se me tornei uma pessoa melhor, eu devo isso a ele.

A meu orientador Thiago Rocha Fabris, pelo suporte e por ter me guiado para que este trabalho fosse concretizado, disponibilizando-me um pouco do seu precioso tempo, pelas suas correções e incentivos.

Agradeço também aos meus familiares hoje aqui no Brasil, que sempre estiveram comigo: Hélio Francisco, Nelson Inácio e Paixão Cristóvão, que mais do que família, são meus compatriotas da “guerra”, em que lutamos pela mesma causa. Ainda aos meus irmãos, que mesmo longe, apoiaram-me e indiretamente contribuíram para que este trabalho se realizasse. E, especialmente, ao meu filho, Alegria Ryander.

Agradeço a esta Universidade pela hospitalidade e aos professores, em especial à Giovana e Thiago Fabris, e a todo o corpo de docente, que oportunizaram a janela pela qual hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e na ética aqui presentes.

Quero agradecer também o Aleluia Sunda, Celina Nhunga, Gemima Gime e à Vida Sunda, pelo suporte nessa longa jornada. E a todos aqueles que, de uma forma direta ou indireta, fizeram parte dessa etapa decisiva na minha jornada.

RESUMO

O estudo propõe a analisar as relações de Angola e Brasil no período de 2002 a 2015. Angola e o Brasil registram fortes laços de afinidade cultural, diplomática e comercial, sendo a Angola o principal receptor de produtos brasileiros na África. Para desenvolver o estudo foi realizada uma pesquisa descritiva, documental com abordagem qualitativa. Verificou-se que o Brasil é um dos principais fornecedores de produtos para a Angola, com 4,8% das importações (quinta posição), sobretudo de alimentos, carnes, em especial. Por outro lado, as importações brasileiras de Angola concentram-se praticamente no petróleo e seus derivados. No entanto, a participação de Angola na Balança Comercial brasileira é pouco expressiva, não chegando (salvo rara exceção, em 2008), a 1% na série histórica analisada, tanto nas importações, como nas exportações, o que significa oportunidades numerosas de negócios para o Brasil, que possui uma agricultura bem desenvolvida e um campo industrial amplo.

Palavras-chave: Macroeconomia. Economia Internacional. Comércio Internacional. Relações bilaterais Brasil-Angola.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Saldo da balança comercial de Angola de 2002 a 2015	39
Figura 2 – Balança comercial brasileira de 2002 a 2015.....	40
Figura 3 – Composição das exportações angolanas de 1998 a 2014	41
Figura 4 - Exportações brasileiras para Angola de 2002 a 2015	41
Figura 5 – Destinos das exportações angolanas em 2015.....	42
Figura 6 – Origem das importações Angolanas em 2015	43
Figura 7 – Investimentos direto estrangeiro, entradas líquidas (US\$ bilhões).....	44
Figura 8 – Principais investidores estrangeiros em Angola de 2015.....	45
Figura 9 – Comportamento do comércio bilateral entre Brasil e Angola em 2015 ...	40
Figura 10 – Participação angolana no comércio exterior brasileiro	50

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNA	Banco Nacional de Angola
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
EIU	Economist Intelligence Unit
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOB	Free On Board
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Km	quilómetro
Kz	Kuanza
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio e Serviço
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
SADC	Comunidade de Desenvolvimento Sul Africano
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
UE	União Europeia
US\$	United States dollar (dólar Americano)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO	10
2.1.1 Economia Internacional	11
2.1.2 Teorias do comércio internacional	14
2.1.3 Vantagens e desvantagens	17
2.1.4 Protecionismo X livre comércio	18
2.2 BALANÇA COMERCIAL	21
2.2.1 Os determinantes das importações e exportações	22
2.2.2 Condições de Marshall-Lerner	25
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
3.1 NATUREZA E TIPO DE PESQUISA	26
3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	28
3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	28
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	28
4.1 DADOS GERAIS DA REPÚBLICA DE ANGOLA	28
4.2 ECONOMIA ANGOLANA	30
4.3 DADOS GERAIS DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	33
4.4 ANGOLA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	36
4.5 RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E ANGOLA	43
4.5.1 Relações históricas e culturais	43
4.5.2 Relações políticas	44
4.5.3 Relações comerciais	45
CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

A economia de cada país está ligada a outros países através do comércio internacional, que envolve compra e venda de produtos e serviços oriundos do exterior. Mais precisamente, a economia internacional é o campo de estudo que lida com o comércio entre nações.

Uma importante razão pela qual os países iniciaram a prática de comércio internacional ocorreu devido à quantidade e a efetividade de seus próprios fatores de produção. Por exemplo, frequentemente há diferenças significativas entre países no que diz respeito a habilidades no trabalho, tipos de equipamentos de capital, acesso a matérias-primas, clima, entre outros. Algumas dessas diferenças persistem, por exemplo, o acesso a matérias-primas e o clima. Por outro lado, algumas diferenças, como as habilidades no trabalho, são potencialmente menos permanentes, embora mesmo assim possam persistir por algum tempo. O resultado é que diferentes nações são mais ou menos efetivas que outros no suprimento de bens e serviços (GARRAT, 2015).

Devido a isso o estudo do comércio internacional nunca foi tão importante como é nos dias atuais. As economias de diferentes países, tanto desenvolvidos como as emergentes, estão se tornando mais abertas e mais intimamente ligadas. O aumento experimentado pela troca de bens e serviços, o crescimento exponencial dos fluxos de capital e o aumento da mobilidade do trabalho, não pode ser mais estudado a partir da perspectiva de uma economia fechada, isto é, como se fosse uma ilha que não tem qualquer relação com o exterior (LUZ, 2015).

A República de Angola é um país localizado na costa ocidental da África Austral, possuindo uma área de 1.246.700 km². Colonizada por portugueses, obteve sua independência no ano de 1975, após um conflito armado, iniciado no ano de 1961. Como república independente, no entanto, surgiram vários conflitos locais, que gerou uma guerra civil devastadora, arrasando com o país em praticamente todos os sentidos, com milhares de mortes. Este conflito terminou no ano de 2002 e em 2011 foi promulgada uma nova Constituição Federal, (GUERREIRA, 2012).

Angola hoje é uma das economias emergentes da África, sobretudo em razão de suas riquezas minerais, com destaque para o petróleo, cuja produção diária é de dois milhões de barris. Este produto é o maior de sua pauta de exportação (90%).

Mas, por outro lado, é um dos maiores importadores do mundo, pois devido às consequências da guerra, é dependente de praticamente todos os produtos necessários para suprir sua demanda interna, pois, ainda não restabeleceu um parque fabril consistente para seu abastecimento, apesar de possuir matérias-primas, capital humano, recursos financeiros, terra e condições climáticas favoráveis, (GUERREIRO, 2012).

Devido a isso, a política externa de Angola passou a ser fortemente desenvolvida, especialmente com os países do BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Mas, embora as relações com esses e outros países estejam bem fortalecidas, em especial em relação à exportação de petróleo, relações internacionais mais fortes são verificadas com o Brasil.

Diante destes pressupostos, surge a seguinte indagação que o trabalho busca responder: Quais os resultados das relações comerciais entre Brasil e Angola no período 2002 a 2015?

Norteados por esta questão, o objetivo geral do estudo é analisar as relações comerciais entre Brasil e Angola no período 2002 a 2015. Como objetivos específicos, o trabalho busca: destacar dados de Angola e sua economia, apresentar o comportamento de Angola no comércio internacional; avaliar a Balança Comercial brasileira em relação ao comércio com Angola e discorrer sobre os principais produtos exportados e importados no comércio entre ambos os países identificar conceitos de economia e protecionismo.

Com isso, justifica-se o estudo pelo fato de ser uma oportunidade para examinar a parceria entre Angola e Brasil. Visando identificar tendências econômicas e comerciais estratégica entre os dois países, e também para verificar como Angola tem interagido com a nação brasileira para atender as suas necessidades de desenvolvimento e reconstrução de sua infraestrutura, no período pós-guerra. Além disso, o trabalho vem a contribuir para o entendimento de que como o comércio internacional pode contribuir para ajudar nas questões sociais, identificadas nas comunidades externas, sobretudo com nações como Angola, cuja história recente demanda da intervenção e ajuda exterior para o seu desenvolvimento.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste ponto, é tratada a revisão teórica do trabalho com objetivo principal de constatar os conceitos e a importância do tema em estudo. A pesquisa trata-se das relações comerciais entre dois países, Angola e Brasil.

A pesquisa parte dos fundamentos e diretrizes da economia internacional, os conceitos das teorias do comércio internacional, protecionismo, determinantes das importações e exportações, vantagens e desvantagens do comércio internacional, balança comercial, utilizando-se de conceitos e abordagens de autores com conhecimento na área do tema pesquisado.

2.1 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO

A época pré-moderna sobre o comércio internacional pode ser atribuída ao final da Idade Média, quando Gênova, Veneza e Pisa, na Europa, ocuparam posições importantes após a última cruzada (século XIII), desencadeando um grande tráfego no Mar Mediterrâneo. Essas cidades serviram como ponto de partida de bens de luxo (ouro, prata, seda, especiarias e porcelana) a serem comercializados fora de seus limites. Este comércio em toda a Europa medieval atingiu um alto grau de floração no final do século XIV, mas foi muito afetado pelas guerras europeias do século XV (VASCONCELOS; LIMA; SILBER, 2011).

O grande salto para um futuro comercial mundial ocorreu no final do século XV, com o avanço da procura pela rota das Índias (Portugal) e América (principalmente Espanha). No século XVI, o comércio internacional começa a afirmar-se, especialmente na Holanda, França e Espanha. A partir daí as primeiras manifestações de nacionalismo acentuado iniciaram-se e, com ele, as primeiras teorias sobre o comércio internacional (CARVALHO; SILVA, 2007).

Para Vasconcelos, Lima, Silber (2011, p. 13-14):

O comércio internacional começou a ganhar as características modernas a partir da Revolução Industrial e tem se efetivado pela gradual abertura das economias nacionais às transações comerciais internacionais. São mais de dois séculos de crescimento do comércio internacional, e, no início do século XXI, os países estão muito mais integrados em termos do comércio de bens e serviços, fluxos financeiros e de investimento direto. Esse é o fenômeno denominado hoje de globalização dos mercados. O estudo do comércio internacional tem ganho uma importância crescente, à medida que os países ficaram mais interdependentes.

Nos tempos atuais, o comércio livre é uma tendência generalizada em nível internacional e é uma consequência do processo de globalização. A queda das fronteiras internacionais permitiu um crescimento enorme do comércio entre países nos últimos anos. Outros fatores, além da globalização, entre eles os avanços tecnológicos, que têm acelerado os meios de pagamento, as negociações remotas, seguros, entre outros, fazem parte desses eventos (VALÉRIO, 2013).

O comércio internacional tem crescido também devido aos tratados e acordos de livre comércio assinados entre empresas, nações e grupos empresariais de nível regional ou global (MAGNOLI, 2004).

2.1.1 Economia Internacional

A economia internacional é mais abrangente. Engloba as trocas representadas pelas exportações e importações, e também as prestações de serviços, movimentos de capitais, bem como as transferências unilaterais (donativos e remessas de ou para emigrantes), (MAIA, 2013).

A partir da perspectiva das políticas econômicas nacionais, e do ponto de vista das empresas e até mesmo de suas próprias economias internas, a economia internacional tornou-se um fator decisivo na adoção de praticamente qualquer tipo de decisão econômica (VASCONCELOS; LIMA; SILBER, 2011).

Isso porque, atualmente, vive-se em um mundo que se encontra interdependente, como nunca antes visto. Esta interdependência econômica ocorre principalmente devido ao comércio de bens e serviços ou por meio de finanças entre nações. Eventos econômicos em um país podem gerar importantes consequências em outro, e uma comparação de ciclos econômicos de diferentes nações pode mostrar resultados semelhantes, sendo este um dos temas abordados em economia internacional (GARRAT, 2015).

A economia internacional é o ramo da economia macroeconômica cuja missão é abordar todas as ações econômicas realizadas por um país com outros países e que podem ser de diferente natureza, como comercial, financeira, turismo, tecnologia, entre outros. Mas economia internacional intervém sobretudo na questão monetária, ou seja, o uso de diferentes moedas por nações e o ajuste na balança comercial (APPLEYARD; FIELD; COBB, 2010).

A economia internacional usa os mesmos métodos de análise como em

outros ramos da economia, uma vez que, estuda as transações econômicas que ocorrem entre residentes de diferentes nações, bem como sua motivação e comportamento em relação às transações comerciais. No entanto, a economia internacional traz novas e diferentes preocupações, porque ocorrem comércio e investimento internacional entre nações independentes (GARRAT, 2015).

Por exemplo, o produtor de calçado brasileiro que exporta uma parte substancial da sua produção para os Estados Unidos, estará sujeito a algumas incertezas que não são verificadas em suas operações no mercado doméstico. Por um lado, o governo dos EUA poderia estabelecer algum tipo de barreira tarifária que dificulte a exportação. Além disso, o Real poderia valorizar-se em relação ao Dólar, e embora o sapato brasileiro tenha o mesmo preço em Reais, será mais caro em dólares, dificultando a venda no mercado norte-americano. Obviamente, nenhum desses problemas poderia ocorrer se o produtor de sapatos restringir a sua atividade para o mercado interno, mas isso ainda não significa que a economia internacional não irá afetá-lo, porque, mesmo no mercado doméstico, terá de enfrentar a concorrência exterior (GARRAT, 2015).

Dentro deste contexto, pode-se entender por economia internacional, como a parte da economia que estuda as interações econômicas entre os países, como o comércio internacional (MAGNOLI, 2004).

Para Appleyard, Field e Cobb (2010, p. 02):

O estudo da economia internacional, como de todas as áreas da economia, concentra-se na decisão de como fazer com que recursos escassos satisfaçam as necessidades de uma economia. Ele examina como as transações internacionais influenciam os bens e o bem-estar da sociedade, a distribuição de renda, o emprego, o crescimento e a estabilidade de preços e como a política pública pode afetar o resultado.

O assunto do estudo da economia internacional é, portanto, sobre essas questões levantadas pelos problemas especiais de interação econômica entre países. Na verdade, todos os países, incluindo os mais pobres, têm ativos humanos, industriais, naturais e financeiros, que podem ser usados para produzir bens e serviços para seu uso interno ou para competir nos mercados exteriores. A teoria econômica ensina que é benéfico quando esses bens e serviços são comercializados, originando o comércio internacional (CARVALHO; SILVA, 2007).

Desde que o homem percebeu que o que tinha não era suficiente para cobrir suas necessidades básicas, buscou formas de suprir as necessidades por meio

da prática do escambo (troca). A partir disso, surgiu o comércio, que com o passar dos tempos passou por muita evolução (VASCONCELOS; LIMA; SILBER, 2011).

Nos tempos atuais, o comércio é dividido em duas categorias: o comércio interno ou doméstico, ou seja, a troca de bens e serviços dentro de um país; e o comércio internacional, que é a troca de bens e serviços de um país com outro, dependendo das necessidades de cada país (LUDOVICO, 2011).

O comércio mundial vem crescendo mais rapidamente do que o produto global. Interdependências globais, ou seja, países que buscam ajudar entre si, surgem, entre outras, de transações por meio de comércio e finanças, e países podem ganhar quando comercializam bens cujo custo de oportunidade de sua produção é mais baixo do que o de outros países. As fortunas econômicas dos países estão ligadas de dois modos principais: primeiro há interdependência por meio do comércio; segundo, há interdependência por meio de instituições e mercados financeiros (GARRAT, 2015).

Neste sentido, o comércio internacional é a parte da economia internacional que lida com o estudo dos diversos aspectos relacionados com o intercâmbio de bens e serviços entre países. Portanto, os estudos do comércio internacional se concentram na análise da verdadeira natureza das transações que ocorrem entre as nações, ou seja, as operações que envolvem movimentação física de mercadorias (APPLEYARD; FIELD; COBB, 2010).

A seguir, são apresentados mais aspectos relacionados ao comércio internacional.

O comércio internacional é a troca de bens, serviços e capital através das fronteiras nacionais. Em muitos países, o comércio internacional representa uma proporção elevada do seu Produto Interno bruto – PIB (LUZ, 2015).

O comércio internacional é uma atividade multimilionária, central para o PIB de muitos países, e às vezes, é a única maneira para as pessoas ou empresas em muitos países de adquirirem recursos de que necessitam (VASCONCELOS; LIMA; SILBER, 2011).

Em longo prazo, o comércio mundial tem crescido em termos absolutos e relativos, por isso, ganhou importância econômica, social e política. A industrialização e o desenvolvimento de tecnologias de transporte e comunicação tiveram um grande impacto sobre a evolução do comércio internacional (CARVALHO; SILVA, 2007).

Dentro do comércio internacional, as importações referem-se aos produtos

que as pessoas, empresas ou o governo de um país trazem ou compram em outros países e que são trazidos a partir desses outros países para o mesmo; isto é, são bens e serviços que são produzidos no exterior e que trazidos para uma determinada nação (LUDOVICO, 2011).

As importações são bens adquiridos por residentes em outros locais fora do país importador. O estudo desta variável é usado para ver quais os produtos e bens estão deixando o país e quais os setores que estão recebendo concorrência estrangeira. Além disso, se considera as importações permitem visualizar os déficits de produção, seja pela escassez de matéria-prima, por falta de especialização, tecnologia, entre outras variáveis (LUZ, 2015).

As exportações, por seu lado, são bens e serviços produzidos no país e que são vendidos e enviados para clientes em outros países. As exportações incluem o valor dos bens e serviços produzidos no país, adquirida por não-residentes durante um período de referência. A importância de se observar essa variável reside em o fato de que as exportações geram divisas para o país. Envolvem também o aumento da produção nacional e é também um elemento para avaliar o grau de competitividade da nação (CARVALHO; SILVA, 2007).

As exportações são uma fonte de riqueza para uma nação. Assim, os governos ajudar as empresas, em muitos aspectos: Facilitar o acesso aos mercados internacionais, com presença em feiras e exposições, promovendo o contato com empresas intermediárias, informando os procedimentos burocráticos a serem seguidos na atividade de exportação, através de empresas que asseguram certos riscos (APPLEYARD; FIELD; COBB, 2010).

2.1.2 Teorias do comércio internacional

O estudo do comércio e das finanças internacionais tem sido uma parte essencial da economia, uma vez que nasceu como uma disciplina científica. Na verdade, uma grande parte das reflexões de análise econômica moderna vem das discussões sobre o comércio internacional e análise monetária internacional dos séculos XVIII e XIX (MAIA, 2013).

Antes da formulação das principais teorias para explicar a origem do comércio internacional, algumas visões mais estreitas foram postuladas. Entre elas, a teoria dos mercantilistas (MAIA, 2013).

O pensamento mercantilista foi um conjunto de ideias sobre o comércio internacional, que buscou explicar como um país concentra todos os esforços de sua produção local para obter o melhor resultado no saldo da balança comercial, ou seja, para maximizar a diferença entre as exportações e importações. Para tanto, os mercantilistas recomendavam restringir ao máximo as importações, preferencialmente zerando as mesmas. Ao contrário, deveriam ser incentivadas as exportações através da concessão de subsídios, encorajando monopólios e estabelecendo políticas de preços máximos (APPLEYARD; FIELD; COBB, 2010).

A teoria mercantilista acreditava que, quando um país ganhava através do comércio internacional, outra nação necessariamente perdia. Nesta perspectiva, o comércio internacional não produzia nenhum aumento no bem-estar global, com somente a riqueza de um país para outro sendo redistribuída. Esta filosofia persistiu por vários séculos até que em 1776, Adam Smith apresentou sua visão (VASCONCELOS; LIMA; SILBER, 2011).

Adam Smith veio criticar a ideia dos mercantilistas, argumentando que o objetivo da sociedade ou a economia não é a produção, mas sim o consumo, porque é o consumo que gera bem-estar no país. A partir desta nova perspectiva Adam Smith propôs a teoria das vantagens absolutas que diz um país pode ser mais eficiente na produção de um bem ou serviço e menos eficientes em outra relação a outros países, mas se caso cada país se especializar no setor onde tem a maior vantagem absoluta na produção de um bem ou serviço os dois países saem a ganhar através do livre comércio exportando parte da mercadoria para o outro país e ao mesmo tempo importando mercadoria desse mesmo onde a vantagem absoluta lhe é mais eficiente (SMITH, 1967).

Os precursores da teoria do comércio internacional questionavam por que os países iniciaram essa troca de bens e serviços. Adam Smith e David Ricardo propuseram que os países podem produzir com diferentes custos porque suas tecnologias são diferentes, ou seja, as diferenças em tecnologia criam razões para o comércio internacional, porque existem diferentes custos comparativos. Esta é uma das principais contribuições da escola clássica, sendo chamada de 'lei de custos comparativos' (VASCONCELOS; LIMA; SILBER, 2011).

Portanto, não é uma vantagem absoluta quando o número de horas de trabalho usadas para produzir for mais baixo em comparação com outros países (VASCONCELOS; LIMA; SILBER, 2011).

Posteriormente, David Ricardo, como Smith, apoiou a teoria da acumulação de capital. Ambos convergiram para o fato de que a liberdade econômica traria retornos mais elevados do que um sistema operado pelo Estado. O livre comércio, sem restrições ou altas tarifas ou cotas, seria melhor para cada nação (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001).

David Ricardo apoiou a teoria de Adam Smith, mas propôs a teoria ou lei das vantagens comparativas. Por lei de vantagem comparativa, pode-se entender o “potencial de ganho para dois países advindo do comércio em razão de diferenças em seus custos de oportunidade na produção de vários bens” (GARRAT, 2015, p. 21).

A lei de custos comparativos defende a produção em aquilo que faz melhor para obter um custo comparativo menor na produção desse bem ou serviço, e comprar no mercado internacional aquilo que lhe custasse mais caro na produção internamente. Essa suposição de Ricardo está relacionada com o princípio do livre comércio, que pra Ricardo (1979) todos os países podem se beneficiar do comércio internacional, desde que adotem especialização e, recorrer às políticas de livre comércio.

Em outras palavras, parece facilmente perceptível que os países possam beneficiar-se do comércio se cada um faz algo melhor do que o outro (ou seja, pode produzir bens ou serviços a um custo menor). E quando uma empresa ou país é mais eficiente do que outro, esta situação é chamada vantagem comparativa (CAPARROZ, 2012).

Ricardo (1979) diz que com o alargamento do comércio externo ou aperfeiçoamento nas máquinas, se puder fornecer o trabalhador com os produtos alimentares e os bens de primeira necessidade a um preço a um preço mais acessível, os lucros devem aumentar. É por isso que o comércio externo, embora extremamente benéfico para um país, visto aumentar o volume e a variedade dos produtos em que se pode aplicar o rendimento e incentivar a poupança e a acumulação de capital, devido à abundância e o preço dos produtos, não tem tendência a fazer aumentar os lucros do capital, salvo se os produtos importados forem aqueles que o trabalhador consome.

Dessa forma, o princípio da vantagem comparativa significa que os países prosperam primeiro tirando partido dos seus ativos, concentrando-se no que eles podem produzir melhor, e depois trocam esses produtos bens que outros países produzem melhor; assim a relação comercial entre as nações é estabelecida

(VASCONCELOS; LIMA; SILBER, 2011).

A especialização refere-se ao processo de países (bem como as empresas individuais) poderem maximizar sua produção, especializando-se na fabricação de bens em que são mais eficientes e desfrutar das maiores vantagens sobre os rivais (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001), sendo essas uma das vantagens do comércio exterior, que por sua vez, também revela algumas desvantagens, conforme se verifica a seguir.

2.1.3 Vantagens e desvantagens

O comércio internacional é benéfico para os países, mesmo quando um país é mais eficiente do que o outro na produção de todos os bens. Além disso, os benefícios do comércio não se limitam a bens tangíveis, mas os fluxos migratórios e de capitais internacionais são, do ponto de vista da teoria econômica internacional, formas de comércio que são benéficas para as partes (CARVALHO; SILVA, 2007).

O comércio internacional permite uma maior mobilidade dos fatores de produção entre os países, deixando como um resultado as seguintes vantagens, conforme Luz (2015):

- a) no comércio internacional, os preços tendem a ser mais estáveis.
- b) O comércio internacional permite que um país possa adquirir bens cuja produção nacional não é suficiente ou não são produzidos em território doméstico.
- c) O comércio internacional torna possível a oferta de produtos que excedem o consumo para outros países, em outros mercados.
- d) O comércio internacional permite o equilíbrio entre escassez e excesso.
- e) Os movimentos de entrada e saída de mercadorias dão lugar ao equilíbrio no mercado internacional.
- f) Cada país especializa-se em produtos em que têm maior eficiência, o que lhe permite utilizar melhor seus recursos produtivos e elevar os padrões de vida de seus habitantes.

Portanto, como se verifica, o comércio internacional é uma fonte de aumento do bem-estar do país. Em outras palavras, isso é possível pelo fato de que as nações podem ir além das fronteiras máximas de suas possibilidades de produção, que permite a cooperação entre os países para obter a quantidade de recursos e

tecnologia de que precisa em seu consumo interno (LUZ, 2015).

Assim, pois, o comércio internacional através do aumento das exportações e importações, gera um aumento do nível de renda da produção e, assim, promove o desenvolvimento econômico e, portanto, o bem-estar da população (CAPARROZ, 2012).

Na verdade, o comércio internacional é uma fonte de riqueza, que permite aperfeiçoar os recursos disponíveis para diferentes países, de modo que tais recursos sejam utilizados da maneira mais eficiente para o benefício de todos (CAPARROZ, 2012).

Devido a isso, em termos de economia internacional, embora o livre comércio seja geralmente considerado como positivo em termos de economia internacional, os países podem colocar periodicamente barreiras ao comércio, impondo o protecionismo, o dificulta o livre comércio (VASCONCELOS SILBER, 2011).

2.1.4 Protecionismo X livre comércio

A fisiocracia nasceu por volta do século XVIII conhecida como primeira escola econômica, teve como seu idealizador François Quesnay (1694/1774) descendente de proprietário de terra, suas ideias podem ser entendidas a partir da decomposição da própria palavra, Físio – Natureza e Cracia – Governo, pode-se entender como Governo da Natureza.

A Fisiocracia foi liderada pelo médico francês François Quesnay (1694-1774), autor da obra O quadro econômico, em que analisa as variações do rendimento de uma nação. Para ‘os economistas’, como passaram a ser conhecidos a partir de então, os fenômenos econômicos precisam circular livremente no espaço e entre setores, seguindo leis naturais, como o sangue no organismo humano. Essa ideia de ausência de obstáculos para uma melhor circulação dos bens e serviços, assim como do fluxo de rendas, constituiu o embrião das teorias econômicas modernas (SOUSA, 2010, p. 4).

Surgiram pensadores como Turgot (1727-1781), que defendeu a livre circulação de grãos entre as regiões francesas, assim como a liberdade para o comércio internacional e o saneamento das finanças públicas. Antes de Adam Smith (1723-1790), ele formulou o princípio dos rendimentos decrescentes na agricultura e

formulou os rudimentos da teoria do equilíbrio econômico (SOUSA, 2010 p. 4)

A fisiocracia pode ser vista com a versão francesa do liberalismo econômico, portanto se tem muitos pontos em comum entre a escola fisiocrata e a escola inglesa do liberalismo econômico, cujo principal representante foi Adam Smith. A fisiocracia também defendia a não intervenção do Estado na economia, e tinham como lema: “*Laissez faire, Laissez passer*”. Este lema representa a concepção de que a economia é regida por leis da natureza e que a presença do Estado com sua intervenção e monopólios comerciais deve ser eliminado o mais rápido possível para o bom funcionamento da economia (HUNT, 2012).

Ao contrário da Escola Inglesa do Liberalismo Econômico liderada por Adam Smith, a Fisiocracia acreditava que a riqueza de uma nação tinha sua origem no desenvolvimento e exploração da agricultura, em outras palavras a fonte da riqueza das nações para a escola fisiocrata, vinha da posse de terras e do desenvolvimento da agricultura, enquanto que para Adam Smith a fonte dessa riqueza encontrava-se na divisão e na especialização do trabalho, na produção de artigos manufaturados (HUNT, 2012).

Ao olhar o mundo de hoje, pode-se perceber que se está percorrendo um caminho que gradualmente leva à liberalização do comércio. O livre comércio é a política de tratar os produtos e serviços estrangeiros da mesma forma que os produtos e serviços domésticos são tratados. O livre comércio permite que os consumidores domésticos comprem do exterior tão livre quanto comprar localmente.

Mas as barreiras às transações internacionais ainda são muito numerosas. Cada país defende os setores em que ele se sente mais vulnerável (GARRAT, 2015).

As barreiras comerciais são mecanismos de proteção usados por governos de diferentes países para reduzir o fluxo de importações de bens e serviços. Consideram-se como barreiras comerciais as situações que impedem a troca de produtos e/ou serviços num determinado mercado (VALÉRIO, 2013).

O Protecionismo pode ser entendido também como uma política de discriminação contra os produtos e serviços estrangeiros. Ela diz aos consumidores locais: ‘Se você quer comprar produtos e serviços estrangeiros você terá que passar vários obstáculos’. De longe a maior ferramenta do protecionismo é a tarifa – é um imposto de importação. Uma cobrança especial que consumidores locais são forçados a pagar se quiserem comprar o produto feito no exterior. Na prática as tarifas recaem sobre os importadores, então o imposto maior se reflete em um preço maior dos

produtos; ou seja, quando compramos os produtos nem sempre vemos a tarifa, vemos apenas o preço que reflete a tarifa do importador do produto (BAUMAN, 2002).

As principais barreiras que estão definidas para limitar a entrada de mercadorias do exterior são do tipo tarifárias (tarifas), não-tarifárias (cotas), além das barreiras técnicas ou jurídicas, e o embargo (VASCONCELOS; LIMA; SILBER, 2011).

As tarifas são impostas sobre a importação que tornam bens importados mais caros e menos competitivos em relação aos bens produzidos internamente. Enquanto os governos nacionais utilizados para obter uma percentagem significativa das suas receitas de tarifas, as tarifas hoje são mais comumente usadas para proteger as indústrias nacionais e/ou para punir outros países por irregularidades percebidas (tipicamente subsidiar indústrias locais em detrimento das indústrias do país importador) (VALÉRIO, 2013).

Já as quotas são limites para a quantidade de um bem que pode ser importado em um determinado período. Quotas servem a um propósito semelhante ao das tarifas, em que o aumento do preço dos bens importados, mais as quotas podem ser ainda mais graves, há bens disponíveis uma vez que o nível da quota é atingido (VALÉRIO, 2013).

Na economia internacional também ocorrem os subsídios, que são transferências dadas pelos governos para fornecedores nacionais de bens ou serviços. A motivação para fornecer subsídios é aumentar a produção ou tornar preços mais baixos para os consumidores de um país, ou ainda, para que os bens produzidos internamente sejam mais competitivos com as importações (JATOBÁ, 2013).

As barreiras técnicas ou jurídicas são estabelecidas unilateralmente pelos países para impedir a importação de determinados produtos. Muitas vezes eles são justificados em matéria de saúde ou de segurança pública (KEEDI, 2011).

O embargo, por sua vez, é uma medida para proibir a importação de bens de uma nação. É uma decisão extrema, que reflete uma situação de forte hostilidade entre duas nações. Às vezes é a comunidade internacional, por meio da Organização das Nações Unidas - ONU, que decide se o embargo em um país é uma ameaça evidente para a paz entre os países (LUZ, 2015).

Neste sentido, o debate entre os que defendem a liberalização do comércio internacional entre aqueles que entendem que os países têm o direito de proteger sua indústria do exterior é quase tão antiga como a economia. Porém, a maioria dos

economistas concorda que o desenvolvimento do comércio livre promove o desenvolvimento econômico. Assim como um país especialista em um bom produto pode vender os seus excedentes no mercado e comprar bens não produzidos, cada nação pode exercer atividades que produzam melhor e adquirir outros produtos e serviços de outras nações (GARRAT, 2015).

Porém, uma vez que cada país produz o que faz melhor, já foi comprovado que a especialização em um comércio sem barreiras aumenta a produção. Todos os países que liberalizam o seu comércio mútuo obtiveram produção mais eficiente (GARRAT, 2015).

2.2 BALANÇA COMERCIAL

O setor externo da economia de um país abrange todas as transações e condições econômicas além das suas fronteiras, ou seja, exportações de bens e serviços, transações financeiras, de bens de capital internacional e pagamentos para instituições internacionais. As transações de uma economia com o exterior são registradas na balança comercial (ALMEIDA, 2012).

Por meio da Balança Comercial é relatada que tipos de transações internacionais foram realizadas em uma nação em um determinado período (JATOBÁ, 2013).

A balança comercial é um registro sistemático dos valores de todas as transações econômicas de um país com o resto do mundo em um período de tempo (normalmente um ano) (KEEDI, 2011).

A balança comercial é definida como a diferença entre o total de exportações menos importações realizadas no país. A balança comercial (em bens e serviços), basicamente, controla os fluxos financeiros entre parceiros comerciais. A balança comercial inclui os pagamentos efetuados para as importações e exportações, bem como as transferências financeiras. Exportações criam uma entrada positiva, enquanto as importações são negativas. Dito isto, é interessante que a balança comercial deva sempre ter mais exportações do que importações (SILVA, 2008).

Em outras palavras, a Balança comercial registra pagamentos de exportações (X) e importações (M). As exportações são um item de crédito e as importações são um item de débito no balanço de pagamentos. Quando as

exportações excedem as importações, um país incorre em superávit da balança comercial ($X > M$); por outro lado, se suas importações excederem suas exportações, ele incorre em déficit da balança comercial ($M > X$) (GARRAT, 2015).

Esta diferença, que são as importações e exportações em um determinado momento, pode ser positiva (o que é conhecido como um superávit comercial) ou negativo (o que é conhecido como um déficit comercial) (ALMEIDA, 2012).

Portanto, pode-se dizer que há déficit comercial quando a quantidade de bens e serviços que um país exporta é menor do que a quantidade de bens que importa. Por outro lado, um superávit comercial implica que a quantidade de bens e serviços que um país exporta é maior do que a quantidade de bens que importa (JATOBÁ, 2013).

É muito importante para qualquer país ter uma balança comercial positiva; ou seja, em excesso, pois desta forma o país está recebendo mais recursos através das receitas de exportação que os recursos que fluem para o pagamento de importações. Com os produtores nacionais e da economia em geral tendo mais recursos para realizar suas atividades e desenvolver novos bens podem, assim, incentivar e desenvolver a economia nacional (KEEDI, 2011).

Dentro da balança comercial, a conta corrente é composta pelo saldo exportações menos importações, bem como os juros e dividendos e pagamentos de transferências líquidas (MARIOTTO, 2007).

A conta corrente representa principalmente os fluxos reais em economia. Ele inclui, por um lado, a balança comercial e os serviços reais, geradores comerciais de câmbio e, por outro lado, os serviços financeiros, que envolvem gastos de divisas para o pagamento, os juros sobre as dívidas e, em um menor grau, lucros e dividendos (MARIOTTO, 2007).

A conta corrente em percentagem do Produto Interno Bruto total (PIB) é uma métrica importante porque mostra o quão grande o número de conta corrente é em relação à produção total na economia (LUZ, 2015).

2.2.1 Os determinantes das importações e exportações

Como um dos pontos da balança comercial é indispensável e também de suma importância explorar e entender o que são importações e exportações.

Nesta ótica, a exportação é definida como a transação de mercadorias ou bens e serviços de um país para outro, que pode ser feita de maneira direta, que

quando é feita pelo próprio fabricante do produto e indireta quando o exportador e o produtor são diferentes (KEEDI, 2009).

A exportação se dá quando uma mercadoria que é produzida dentro do país é negociada com outro país ou bloco. “Exportação é à saída da mercadoria nacional ou nacionalizada do território nacional, por um prazo limitado (exportação temporária) ou a título definitivo.” (WERNECK, 2001, p. 14)

São vários atores que levam a realização da exportação, como a diversificação de mercados, deixando de atuar no mercado interno e passar atuar no mercado externo, aumentando o seu nível de compradores e, conseqüentemente reduzir os seus riscos de crise no mercado, com a redução dos preços do consumo, mudança de hábitos e políticas governamentais (KEEDI, 2009).

E por outro lado temos as importações também pode ser bens e serviços que é definida como a assessoria, consultoria, conhecimentos, transporte, turismo, etc. Assim com as exportações as importações podem ser feita de forma direta ou indireta dependendo da conveniência, possibilidade e outros fatores inerentes ao processo (KEEDI, 2009).

A importação é feita de forma direta quando a compra é feita diretamente com o produtor, e é considerada de forma indireta quando o comprador compra a mercadoria de outro que não seja o produtor da mercadoria vendida (KEEDI, 2009).

A importância da importação está na diversificação de mercados, deixando de atuar apenas no mercado interno nas suas compras, aumentando o seu leque de fornecedores e reduzindo seus riscos de crises no mercado, como aumento de preços e políticas governamentais (KEEDI, 2009).

Sendo assim, as importações como parte da demanda doméstica que recai sobre bens estrangeiros, têm como fatores determinantes a renda doméstica (ou renda interna) e a da taxa real de câmbio do preço dos bens domésticos em termos dos bens estrangeiro. Por outro lado, temos os determinantes das exportações, que dependem da renda estrangeira e assim como nas importações as exportações também dependem da taxa real de câmbio (BLANCHARD, 2011).

Uma renda domestica maior leva a uma demanda doméstica maior por todos os bens, tanto quanto estrangeiros. Uma renda doméstica maior leva as importações maiores. Assim como na taxa real de câmbio quanto mais caro o bem doméstico em relação dos bens estrangeiros ou, de modo equivalente, quanto mais baratos os bens estrangeiros em relação aos bens domésticos maior a demanda

doméstica por bens estrangeiros (BLANCHARD,2011).

Cada país possui a sua própria moeda, para que as transações econômicas acontecem entre elas é necessário que haja uma regra de conversão que permite a comparação entre moedas diferentes essa regra é taxa de câmbio. Assim sendo, a taxa de câmbio é um dos determinantes importantes do processo de importação e exportação.

O estudo da determinação da taxa cambial é uma parte relativa nova da economia internacional, por motivos históricos. “Em quase todo decorrer do século XX, as taxas cambias foram fixadas por ação do governo, em vez de serem determinada pelo próprio mercado” (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001 p. 7).

A taxa de cambio é entendida como o preço da moeda estrangeira, e esse preço é determinado pela oferta e demanda, razão pela qual umas moedas valem mais que outras (DORNBUSCH; FISCHER; STARTZ 2009).

O aumento ou diminuição da taxa de cambio, isto é, o preço de uma moeda estrangeira expresso em moeda nacional, é a medida reguladora desta política. Se a moeda nacional valer menos que outra moeda estrangeira as nossas mercadorias e serviços ficam mais baratas e exportaremos mais. O contrário se passará com as nossas importações.

A taxa de câmbio real é a taxa a qual uma pessoa pode trocar bens e serviços de um país pelos bens e serviços de outro país. (MANKIWI, 2014).

Definição de taxa de câmbio é a referência em valor da moeda nacional com relação à moeda estrangeira. Assim, a taxa de câmbio representa o preço, em moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira, normalmente o dólar. Uma elevação da taxa de câmbio representa uma depreciação do real com relação ao dólar. Ao contrário, uma diminuição da taxa de câmbio representa uma apreciação do real com relação ao dólar (BAUMAN,2012)

Uma depreciação cambial tende a desestimular as importações e estimular as exportações, pois no mercado interno encarece os bens importados e aumenta a renda dos exportadores. No mercado externo barateia os bens que o país exporta.

Quando trata-se de taxa de câmbio consideramos dois fatores determinantes nominal e real. Taxa de câmbio nominal que é definida como ao preço da moeda nacional em termos da moeda estrangeiras, e taxa de câmbio real corresponde ao relativo de preços entre o produto nacional e o estrangeiro (BLANCHARD, 2014).

A taxa de câmbio entre o dólar e a maioria das moedas estrangeiras varia a cada dia e a cada hora, essas mudanças são chamadas de apreciação ou depreciação. Considerando-se uma apreciação como um aumento do preço da moeda nacional em termos de estrangeira, e tendo uma depreciação quando houver uma diminuição do preço da moeda nacional em termos de uma moeda estrangeira. (BLANCHARD,2014).

A fórmula de obtenção da taxa de câmbio real é:

$$\varepsilon = \frac{EP^*}{P}$$

Onde:

ε = taxa de câmbio real

E = taxa de câmbio nominal

P* = preço do produto estrangeiro

P = preço do produto nacional

2.2.2 Condições de Marshall-Lerner

A condição sob a qual uma depreciação real leva a um aumento das exportações líquidas é conhecida como condição de Marshall-Lerner, ou seja, uma apreciação do câmbio significa uma redução no preço das exportações, a quantidade demandada por estes irá aumentar. Ao mesmo tempo, o preço das importações vai aumentar e a sua quantidade demandada irá diminuir. O efeito líquido sobre a balança comercial dependerá da elasticidade dos preços (BLANCHARD, 2011).

Se as mercadorias exportadas são elásticas ao preço, a sua quantidade demandada irá aumentar proporcionalmente mais do que a diminuição no preço, e as receitas totais de exportação vai aumentar. Da mesma forma, se as mercadorias importadas são elásticas, a despesa total das importações diminuirá. Ambos irão melhorar a balança comercial (BLANCHARD, 2001).

Se analisarmos dos efeitos da depreciação cambial sobre a Balança Comercial, em um modelo de dois países, considerando o país estrangeiro como o

resto do mundo é dada por:

$$NX=x(Y^*,\varepsilon)-\varepsilon Q(Y,\varepsilon)$$

Onde:

Y^* renda externa

Q. importações

X. exportações

NX. Exportações líquidas. Importações- menos a exportações.

Como a taxa real de câmbio entra em três lugares, essa equação deixa claro que a depreciação real um aumento em ε afeta a balança comercial por meio de três canais.

1. X aumenta. A depreciação, que torna os bens dos EUA relativamente mais baratos no exterior, provoca o aumento da demanda estrangeira e, assim, aumento da exportação do EUA.
2. Q diminui. Ao tornar os bens estrangeiros relativamente mais caros nos EUA, a depreciação impulsiona a demanda em direção aos produzidos internamente, o que faz diminuir a quantidade de importação.
3. O preço das importações, ε , aumenta. Isso tende a aumentar a conta, εQ . A mesma quantidade de importação custa agora mais caro para comprar.

Assim, para que o balanço comercial melhore após uma depreciação, as exportações têm de aumentar as importações têm de diminuir o suficiente para compensar o aumento do preço das importações. A condição segundo a qual a depreciação real conduz o aumento da exportação líquida é a conhecida como condição de Marshall- Lerner. Essa condição deve seu nome a dois economistas, Alfred Marshall e Abba Lerner, que foram os primeiros a aplicar as formulas, (BLANCHARD, 2001).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, são descritos os procedimentos metodológicos que foram adotados para a realização da pesquisa, ou seja, a metodologia adotada.

3.1 NATUREZA E TIPO DE PESQUISA

Quanto à natureza, o estudo pode ser considerado como uma pesquisa

descritiva.

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas. A pesquisa descritiva desenvolve-se, principalmente, nas ciências humanas e sociais, abordando aqueles dados e problemas que merecem ser estudados e cujo registro não consta de documentos, Cervo e Bervian (2002, p. 45).

A pesquisa descritiva é um método científico que envolve a observação e a descrição do comportamento de um tema ou assunto sem influência do pesquisador, ou seja, sem que os dados sejam manipulados, como ocorre na pesquisa experimental ou de laboratório. Muitas disciplinas científicas usam este método para obter uma visão geral do assunto em estudo (ALVES, 2009).

Em relação ao tipo, o estudo se enquadra como pesquisa documental. A pesquisa documental como uma variante de investigação científica, tem por principal objetivo a análise de fenômenos com base em documentação existente, que direta ou indiretamente, fornecem informações ou dados (VERGARA, 2009).

Segundo Gil (2002, p. 73) a “pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Neste sentido, pode-se definir pesquisa documental como uma parte essencial de um processo de investigação científica, tornando-se uma estratégia pela qual se observa e se reflete sistematicamente sobre as realidades (teóricas ou não), utilizando para isso os mais variados tipos de documentos diferentes (VERGARA, 2009).

A pesquisa documental analisa, interpreta, apresenta os dados e informações sobre um determinado assunto em qualquer ramo da ciência, usando uma análise metódica; tendo como objetivo a obtenção de dados que podem ser a base para o desenvolvimento da criação científica (CERVO; BERVIAN, 2002).

Dessa forma, em um sentido estrito, entende-se a pesquisa documental como um processo de pesquisa que é realizado em fontes diversas, impressas ou virtuais. Ou seja, uma literatura especializada para produzir novas entradas bibliográficas sobre o assunto em questão (ALVES, 2009).

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para cumprir os objetivos pretendidos, a pesquisa documental foi realizada em fontes diversas, por meio do levantamento de informações em dados oficiais dos BNA, MDIC, FMI, Banco Mundial. A pesquisa apresenta tais como resultados da Balança Comercial, informes, relatórios, publicações de entes governamentais, entre outros, além de informações coletadas em trabalhos acadêmicos realizados sobre o tema.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta dos dados da pesquisa documental, os resultados foram tratados e analisados por meio da abordagem quantitativa.

Este tipo de abordagem para análise dos dados é um método de pesquisa amplamente utilizado por cientistas e pesquisadores que estudam fenômenos diversos. A pesquisa qualitativa é considerada como uma precursora da pesquisa quantitativa, uma vez que muitas vezes é usada para gerar possíveis pistas e ideias, que podem ser utilizadas para formular hipóteses (ALVES, 2009).

Por esta razão, o método qualitativo muitas vezes encontra-se intimamente relacionado com entrevistas, estudos de casos individuais, pesquisa de observação, experimental, documental, entre outras, para reforçar e avaliar os resultados em uma escala futura mais ampla (CERVO; BERVIAN, 2002).

O método quantitativo é, provavelmente, o mais antigo de todas as técnicas científicas. Os antigos filósofos gregos observaram qualitativamente o mundo ao redor, tentando encontrar respostas para o que viram (GIL, 2002).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Neste capítulo apresentam-se os resultados da pesquisa realizada, com o objetivo geral de analisar as relações comerciais entre Brasil e Angola no período 2002 a 2015.

4.1 DADOS GERAIS DA REPÚBLICA DE ANGOLA

A República de Angola situa-se na África Subsariana, na parte ocidental da África Austral, com uma superfície de 1.246.700 km², dos quais 1.650 km são de costa marítima. O litoral é mais desenvolvido do que o interior do país (EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA, 2016).

Angola encontra-se como o sexto país da África em área territorial. Ao norte, limita-se com a República do Congo; ao leste também com a República Democrática do Congo e com Zâmbia; ao sul, com a Namíbia, e ao oeste, com o Oceano Atlântico. É formada por 18 províncias, sendo Luanda a sua capital. Outras cidades principais são Huambo, Lobito, Benguela, Lubango, Namibe, Malanje e Cabinda (EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA, 2016).

Sua população encontra-se estimada em mais de 25 milhões de habitantes, dos quais são 50,7% mulheres e 49,3% homens. O idioma é o Português, mas outros dialetos também são encontrados, como o Kikongo, Kimbundo, Tchokwe, Umbundo, Mbunda, Kwanyama, Nhaneca, Fiole e Nganguela. A maioria dos habitantes professa o Cristianismo (75% da população) (KAPIASSA, 2014).

A renda per capita de Angola gira em torno de US\$ 5.000,00. Embora o país seja rico em recursos naturais, encontra-se uma distribuição de renda desigual, com a maior parte da população situada na linha da pobreza, com IDH - Índice de Desenvolvimento Humano na 148ª posição no *ranking* da ONU (ANGOLA, 2014).

Angola tem duas estações: a estação das chuvas, mais quente, que ocorre entre os meses de setembro a maio, e a cacimbo (inverno) ou seco, a menos quente, entre maio a setembro. As temperaturas médias no país são de 27°C de máxima e 17°C mínima (RODRIGUES, 2007).

A República de Angola tem uma longa história de habitação humana, com os povos Khoisan e Bantu, com vários impérios ao longo da história. Os exploradores portugueses chegaram ao território angolano em meados do século XVI. A fundação da colônia de Luanda ocorreu em 1575 (KAPIASSA, 2014).

O nome Angola foi dado pelos portugueses, numa derivação dos reis locais. Angola foi uma solução importante para o comércio europeu, incluindo o tráfico de escravos. Exceto por um período de ocupação pelos holandeses, Angola permaneceu sob o domínio português como uma província ultramarina até a eclosão de uma revolução, na qual o povo lutou pela independência. Em 11 de novembro de 1975, Angola obteve sua independência, sendo a última colônia de Portugal a se tornar independente (RODRIGUES, 2007).

Após este acontecimento, Angola viveu uma guerra civil, que se encerrou no primeiro trimestre de 2002, durando 27 anos. Este conflito foi motivado pela disputa dos três movimentos nacionalistas que lutaram pela libertação do país, que combateram entre si para ocupar o poder (ANGOLA, 2013).

Entre as lutas pela independência e a posterior guerra civil, transcorreram-se quase 40 anos de conflitos. Estima-se que 5 de 6 angolanos nunca conheceram a paz. Desconhecem-se os números de mortos, mas acredita-se que estes passaram de um milhão, além de, aproximadamente, 4 milhões de pessoas tendo sido obrigadas a deixarem suas cidades de origem (ANGOLA, 2013).

Nos tempos atuais, Angola continua a trabalhar no sentido de reforçar a sua economia e manter a estabilidade, embora permaneça uma das nações mais pobres do mundo, apesar das reservas de petróleo e recursos minerais preciosos. Atualmente, a luta dos angolanos é para a reconstrução econômica e social do país, para colocar Angola no lugar que merece tanto na África como no mundo (ANGOLA, 2013).

4.2 ECONOMIA ANGOLANA

Na África, Angola foi o país que apresentou o quinto maior crescimento real de sua economia em 2014. Segundo o FMI, a economia angolana é a 5ª maior do continente africano, sendo, atualmente, a primeira economia mais importante da África Subsaariana (parte do continente africano situada ao sul do Deserto do Saara - ou seja, a todo o continente, exceto a região do Norte da África). Nigéria e África do Sul ocupam a segunda e terceira posição, respectivamente (EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA, 2016).

A economia de Angola oferece grandes oportunidades de negócios. O país tem muitos recursos minerais, naturais e uma rica fauna e flora, que incentivam as atividades turísticas (KAPIASSA, 2014).

A maior riqueza econômica de Angola são os recursos minerais. Estima-se que no subsolo angolano encontrem-se mais de 45 minerais dos mais importantes e valiosos do comércio mundial, entre os quais petróleo, gás natural, diamantes, fosfatos, substâncias betuminosas, ferro, cobre, magnésio, ouro, prata e rochas ornamentais. Em Angola, também se encontra como cobre, zinco, alumínio, urânio, entre outros. As minas de diamantes estão localizadas perto de Dundo, na província

de Luanda Norte (EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA, 2016).

Com uma produção diária em torno 2 milhões de barris de petróleo ao dia, Angola é considerada como sendo a maior potência petrolífera situada na África Subsaariana (CARVALHO et al, 2015).

Porém, Angola ainda tem grandes necessidades em termos de serviços básicos e de infraestrutura. Boa parte da população não tem acesso à eletricidade. Devido a isso, não é surpreendente que o país seja um importador líquido de serviços (CARVALHO et al, 2015).

Na agricultura, destacam-se o café, a cana-de-açúcar, sisal, milho, óleo de palma e amendoim. Entre culturas comerciais incluem-se o algodão e a borracha. As produções de batata, arroz, cacau e banana são relativamente importantes. Os maiores rebanhos são de gado, cabra e porco. Contudo, o setor agrícola e pecuário foram severamente prejudicados durante a guerra civil e os níveis de produtividade agrícola são considerados baixos para as condições de clima e solo do país. Fatores como a ruptura das cadeias produtivas, a degradação da estrutura de transportes e o êxodo rural são apontados como responsáveis pela desarticulação do setor. Mas Angola está a recuperar gradualmente essas produções desde que a paz foi alcançada em 2002 (CARVALHO et al, 2015).

Devido a isso, os níveis de produtividade agrícola ainda são baixos e aproximadamente a metade do total de alimentos da qual o país precisa para suprir sua demanda necessita ser importada (BRASIL, 2014).

A construção corresponde a cerca de 7% do PIB. Há muitas perspectivas de crescimento do setor, pois no país ocorre necessidade de desenvolvimento da infraestrutura e de construção de habitações. A disponibilidade de energia elétrica, como já referido, não atende às necessidades do povo, mesmo que o possua um expressivo potencial em termos hidrelétricos. Grande parte das barragens data de antes da independência, necessitando de modernização. Em 2011, o Governo angolano aprovou a Política e Estratégia de Segurança Energética Nacional, buscando diminuir gargalos energéticos. O referido plano tem como meta aumentar em quatro vezes a oferta de energia. Para tanto, planejou investir cerca de US\$ 13 bilhões até 2025 (EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA, 2016).

Como principais indústrias, encontram-se os beneficiamentos de sementes que contêm óleo, além de carnes, cereais e algodão. Também se destacam-se a produção de açúcar, cimento, cerveja, madeira, fertilizantes, borracha, vidro, celulose

e aço (KAPIASSA, 2014).

Desde o ano de 2005, o governo angolano utiliza linhas de crédito abertas pela União Europeia, China e Brasil para a reconstrução da infraestrutura pública, que foi praticamente devastada com a guerra. O desenvolvimento da infraestrutura foi recomendação do FMI – Fundo Monetário Internacional, para que Angola possa buscar o aperfeiçoamento institucional de seu território, bem como a capacitação do capital humano. Com estas iniciativas, acredita-se que Angola possa atrair investimentos externos, principalmente para desenvolver o seu setor terciário, que apresenta potenciais econômicos.

Contudo, devido à crise no setor petrolífero, alguns índices econômicos sofreram mudanças no país, a partir de 2014, conforme se demonstra na tabela 1.

Tabela 1: Indicadores da economia de Angola

Indicador	2013	2014	2015
Crescimento real do PIB (%)	6,80%	4,80%	3,49%
PIB nominal (bilhões de US\$)	124,17	129,33	102,01
PIB nominal per capita (US\$)	5 245	5 304	4 062
População (milhões de habitantes)	23,67	24,38	25,12
Inflação (%)	7,69%	7,49%	13,90%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	6,72%	-1,51%	-7,63%
Divida externa (bilhões US\$)	25,00	28,45	33,63
Câncio (Kz/US\$)	97,56	102,86	135,32

Fonte: FMI, (2016)

Os preços mais baixos do petróleo levaram a cortes consideráveis nos gastos públicos e uma consequente desaceleração do crescimento do PIB, que registrou um decréscimo na ordem de 3,31% entre 2013 a 2015. No período, também ocorreu aumento da inflação e do câmbio da moeda oficial (Kuanza) em relação ao dólar, além de diminuição do saldo em contas correntes e da dívida externa.

Na verdade, a economia de Angola foi duramente atingida pela queda acentuada nos preços internacionais do petróleo, bem como pela redução temporária da produção deste mineral devido à manutenção não programada de campos de petróleo e ainda devido à seca prolongada que atingiu o país e região. O colapso dos preços do petróleo, que começou em meados de 2014, afetou seriamente a economia

angolana e continua a restringir as perspectivas de crescimento. No relatório Global de Competitividade 2015-2016, do Word Economic, Angola ficou na posição 181, entre 189 países analisados (o Brasil encontra-se na 75ª posição, considerada como sendo a pior na série histórica), o que significa comprometimento de atração por parte de investidores estrangeiros (EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA, 2016).

Porém, estima-se que o crescimento deverá se recuperar para 4,2% em 2016 (CARVALHO et al, 2015).

Neste contexto, as reformas estruturais são fundamentais para acelerar a diversificação econômica, reduzir a dependência de recursos naturais, aumentar a produtividade, melhorar a alocação de recursos e criar as condições para uma taxa mais rápida de crescimento e desenvolvimento econômico equitativo (EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA, 2016).

Para tanto, o governo planeja uma reforma tributária, com os objetivos de modernizar o sistema de pagamento de impostos, de ampliar a arrecadação de fontes não vinculadas à produção petrolífera e de estimular o setor privado (EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA, 2016).

É imperativa desse modo, a diversificação de sua matriz produtiva para que Angola encontre novamente o caminho de crescimento sustentável. Neste contexto, também se destaca a implantação do Programa Nacional para a Diversificação da Economia, no qual a agricultura é um dos setores prioritários (CARVALHO et al, 2015).

Além disso, o desenvolvimento de Angola, que requer a diversificação da economia, é naturalmente projetado na sua política externa. Esta abordagem está refletida nas relações bilaterais do país com outras nações, conforme se verifica no item a seguir.

4.3 DADOS GERAIS DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

O Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral, que comandava a frota que se dirigia às Índias. O descobrimento do Brasil marca o início do domínio português em região da América do Sul (IBGE, 2016).

No censo de 2000, o Brasil tinha quase 170 milhões de habitantes. Em 2010, esse número aumentou para mais de 190 milhões, dos quais, 91 milhões se classificaram como brancos (47,7%), 15 milhões como pretos (7,6%), 82 milhões como pardos (43,1%), 2 milhões como amarelos (1,14%), e 817 mil como indígenas

(0,4%). Em relação a religião o Brasil é um país de grande diversidade religiosa. O Censo 2010 mostrou que a maioria da população se declarou católica apostólica romana (64,60%), apesar deste percentual ter diminuindo nas duas últimas décadas. Em seguida, estão os Evangélicos (22,20%), Espíritas (2%), Umbanda e Candomblé (0,30%), Outras religiões (2,70%) e Sem religião (8%). Aproximadamente 91% da população brasileira com dez anos ou mais de idade são alfabetizadas. Isto é, tem-se um percentual de 9% de não alfabetizados, o que equivale a dizer que aproximadamente 18 milhões de brasileiros não sabem ler e escrever. Desse total, existem aproximadamente 97 milhões de mulheres e 93 milhões de homens. De acordo com o lugar onde moram, essas pessoas distribuem-se em áreas urbanas ou rurais (IBGE, 2016).

A República Federativa do Brasil situa-se no sul do continente. O território brasileiro possui uma área de 8.514.876 km², sendo o quinto maior país do mundo. Em razão disso, é chamado de 'país com dimensões continentais', pois sua área é equivalente à de um continente (ITAMARATY, 2016).

O Brasil é formado pela união de 26 Estados Federados, divididos em 5 570 municípios, além do Distrito Federal e o Amazonas. O Estado que pertence a região norte possui 1.559.159,148 km², o que equivale a 18,3% da dimensão total do país. Com sua área, o Amazonas seria maior que todos os países da América do Sul e da Europa, com exceção da Argentina e da Rússia (ITAMARATY, 2016). O Brasil está situado no continente americano, fazendo fronteira com vários países da América do Sul e banhado a leste pelo Oceano Atlântico. É cortado pelas linhas do Equador e pelo Trópico de Capricórnio. A maior parte de seu território fica na zona climática tropical.

Seus pontos extremos são:

- ao Norte – o rio Ailã, em Roraima;
- ao Sul – o arroio Chuí, no Rio Grande do Sul;
- a Leste – a Ponta do Seixas, na Paraíba; e
- a Oeste – o rio Moa, no Acre.

Ao todo, o Brasil apresenta 23.102 km de fronteiras, sendo que 15.735 km são compostos por fronteiras terrestres e 7.367 km são fronteiras marítimas.

O Brasil é um dos principais produtores mundiais de minérios. Possuímos algumas das maiores reservas geológicas do mundo e entre elas podemos destacar:

- o Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais;
- a Província Mineral de Carajás, situada no Estado do Pará, com suas jazidas de ferro, manganês, cobre e ouro.

Tabela 2: Indicadores da economia Brasileira

Indicador	2013	2014	2015
Dívida externa líquida (milhões de reais)	-714 676	-786 400	-1152 224
PIB (bilhões de reais)	5 316	5 687	5 904
PIB per capita (mil reais)	26 445	28 046	28 876
Inflação	5,91%	6,41%	10,67%
População (milhões de habitantes)	201 041,2	202 782,9	204 469,8
Câmbio (R\$/US\$)	2,3426	2,6562	3,9048

Fonte: IBGE, (2016).

Produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a dívida externa do Brasil no período analisado o PIB nominal ainda cresceu bastante devido à inflação alta, que aumenta o valor nominal dos preços. Desta forma, considerar apenas o PIB nominal para avaliar a saúde de uma economia inclui distorções.

A dívida pública federal, que inclui tudo o que o governo deve a credores dentro e fora do país, subiu 8,15% em 2014, em 12 meses, a dívida pública cresceu 17,28%. Em 2015, a moeda subiu 48,49% sobre o real. Segundo a Reuters, (2016) foi o maior avanço anual em 13 anos. Em 2002, o dólar subiu pouco mais de 50% em relação ao real, e conseqüentemente inflação em 2015 atingiu o patamar mais alto do período. Em 2015, a moeda subiu 48,49% sobre o real. Segundo a Reuters, foi o maior avanço anual em 13 anos. Em 2002, o dólar subiu pouco mais de 50% em relação ao real. Analisado uma taxa 0,46% maior que a valorização registrada no mês anterior (0,78%). A inflação do primeiro mês de 2015 é a maior taxa mensal registrada desde fevereiro de 2003, quando o indicador subiu 1,57%.

Nos últimos doze meses, os preços apurados pelo IPCA acumulam uma alta de 7,14%. Essa é a maior variação anual desde setembro de 2011 (7,31%). Em janeiro de 2014, o índice de preços registrou valorização mensal de 0,55%. O valor das riquezas nacionais por habitante teve uma queda de 4,6% em 2015, na

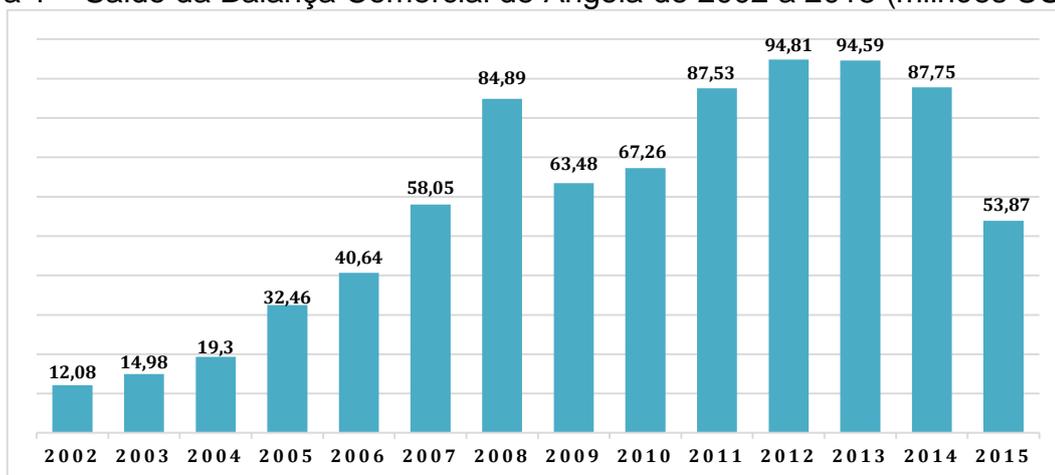
comparação com 2014. O valor per capita representa a divisão do PIB do país por seus habitantes. Para o cálculo de 2015, O PIB total diminuiu 3,8% em 2015, em relação ao ano anterior, a maior queda.

4.4 ANGOLA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Apesar das crises econômicas mundiais, registradas em 2008 e 2014, o comércio exterior de Angola é caracterizado por fortes superávits, estes decorrentes da exportação dos chamados produtos básicos, no caso petróleo bruto, e aquisição de itens manufaturados, sobretudo bens de capital e de consumo.

A Figura 1 representa os saldos da Balança Comercial angolana entre os anos de 2002 e 2015.

Figura 1 – Saldo da Balança Comercial de Angola de 2002 a 2015 (milhões US\$)



Fonte: BNA/DES (2016)

Verifica-se que o saldo da Balança Comercial de Angola tem crescimentos expressivos entre 2005 a 2008. Porém, sofre retração em 2009, devido à crise econômica mundial no ano anterior, iniciada nos Estados Unidos, com reflexos no comércio internacional em geral.

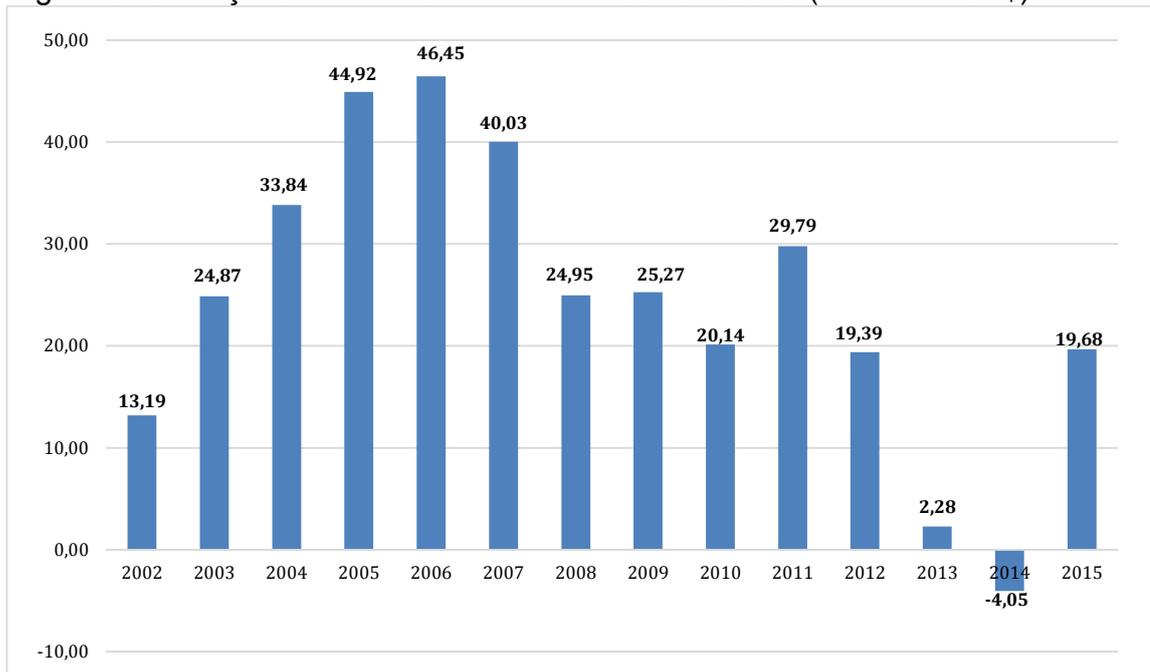
Em 2010, a Balança Comercial se recupera, quando em 2012 registra o maior superávit comercial de Angola na série histórica, com saldo de 94,81 milhões de dólares norte-americanos. Nos anos posteriores, no entanto, novamente declina, sobretudo em 2015, frente à queda do preço do petróleo (principal produto exportado por Angola). Em 2015, inclusive, registra praticamente o mesmo saldo havido em 2005.

Ressalta-se que em 2014 o país teve US\$ 87.75 milhões a título de exportações, valor 7,23% menor do que em 2013. Já as importações do país cresceram 15,7% em comparação com o ano anterior (BNA, 2016).

Também se destaca que nos últimos dez anos, as importações angolanas cresceram a uma taxa média anual de 14,9%, com as exportações demonstrando comportamento semelhante. Porém, a partir de 2012, a taxa de crescimento das compras externas supera o das exportações, tendência que permanece até hoje. Em 2015, as importações de Angola totalizaram US \$ 26.539 milhões, e envolveu um aumento de 13,4% em relação ao ano anterior (BRASIL, 2016).

Além disso, a retração observada no comércio internacional angolano deve-se à desaceleração da demanda de matérias-primas por parte das economias de países emergentes asiáticos, com maior expressão para a China (CARVALHO et al, 2015).

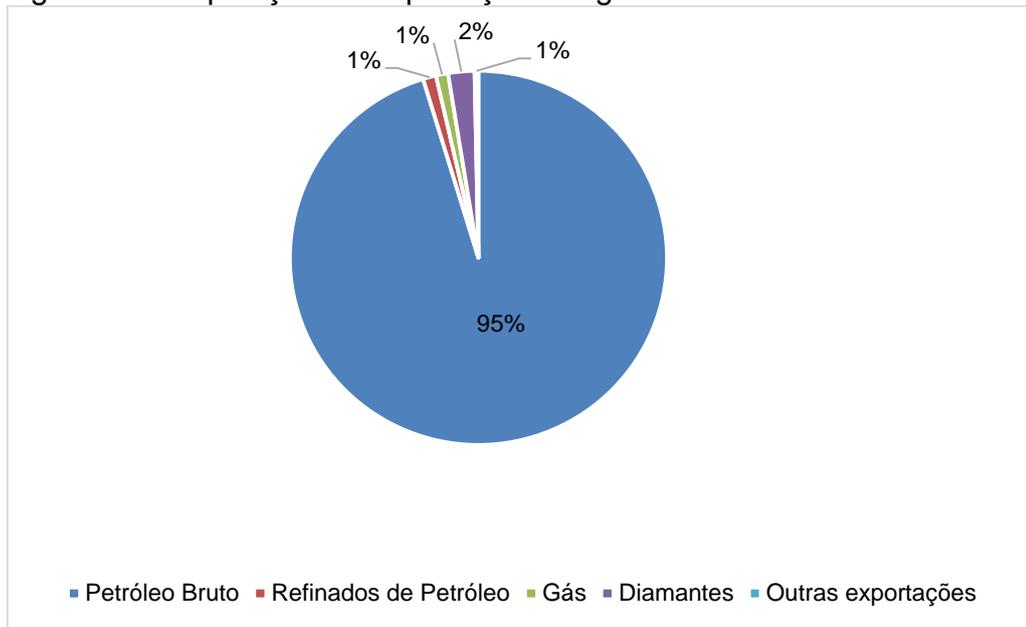
Figura 2: Balança Comercial Brasileira de 2002 – 2015 (milhões - US\$)



Fonte: MDIC, 2016.

Nota-se que o saldo da balança comercial do Brasil no período de 2002 a 2005 teve uma deslocação crescente, e em 2006 teve o seu saldo mais alto desse período e que posteriormente teve um declínio em 2008 por conta da crise econômica mundial que começou nos EUA e em 2014 a balança comercial Brasileira teve um déficit devido a três fatores: queda no preço das commodities maior que a esperada, principalmente do minério de ferro; crise econômica na Argentina, país que é um dos principais compradores no Brasil; e os gastos do Brasil com importação de combustíveis, que apresentaram melhora no ano de 2014, mas ainda são considerados muito elevados e em 2015 voltou a ter um aumento.

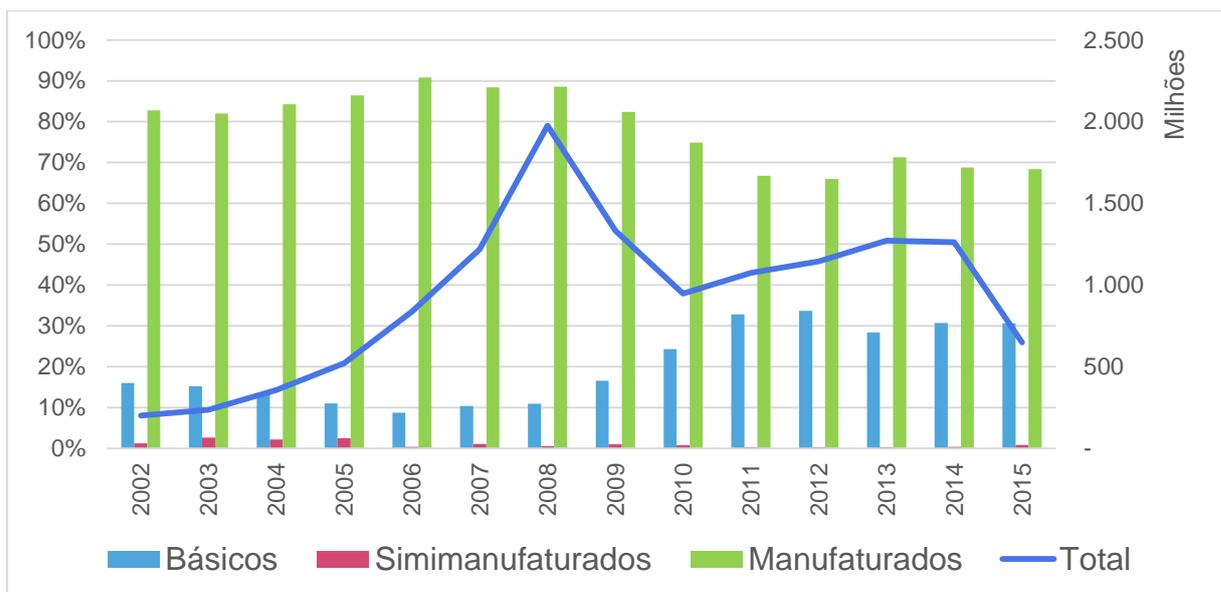
Figura 3: Composição da exportações Angolanas de 1998-2014



Fonte: BNA/DES (2016)

Analisando-se vendas internacionais, pode-se verificar que as exportações de Angola são altamente concentradas no petróleo bruto. Como mostra o gráfico acima, ou seja, mais de 90%, porque é a área mais explorada do país. E isso faz com que a economia angolana dependa diretamente do petróleo bruto. Já as importações são representadas por diversos produtos como mostra a figura 4.

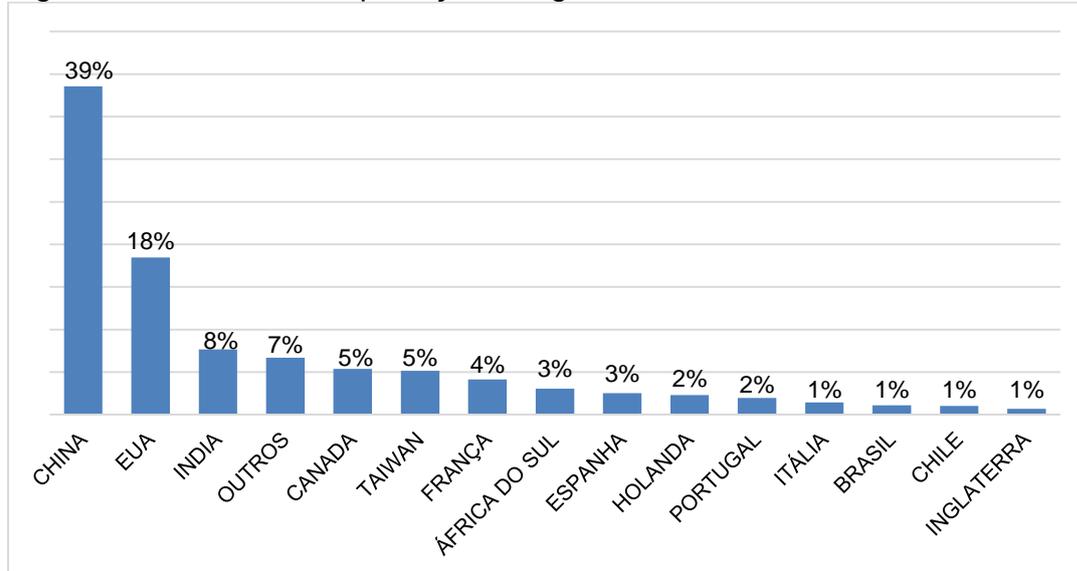
Figura 4: Exportação brasileira para Angola de 2002 a 2015



Fonte: BNA (2016)

Dentre a classe desses produtos encontram-se: maquinas mecanicas, automoveis, maquina eletrica, embarcacoes flutuantes, obra de ferro ou aco, moveis, combustiveis, carnes, plasticos, bebidas e outos.

Figura 5: Destino das Exportações Angolanas 2015



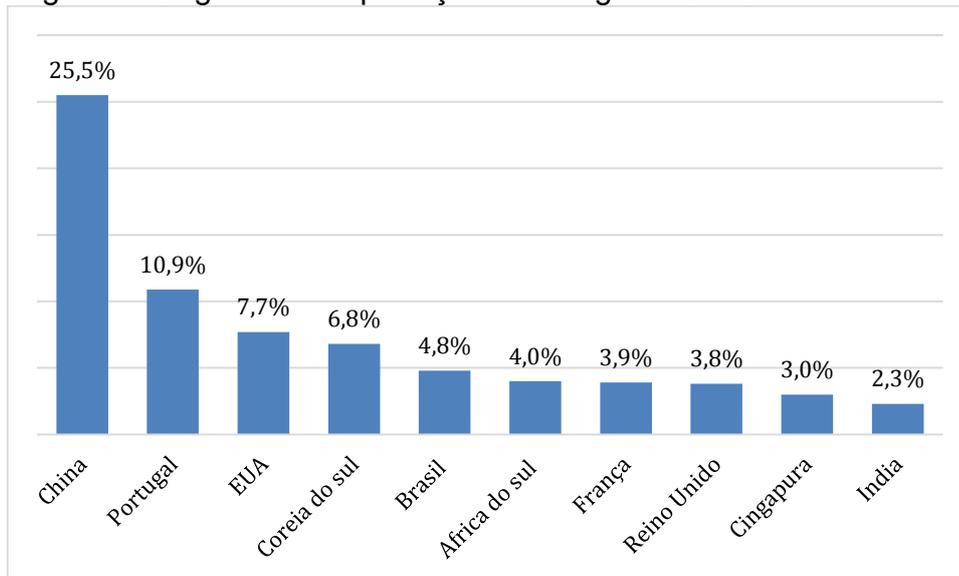
Fonte: BNA, (2016)

O fim da guerra civil em Angola no ano de 2002 foi coincidente com o lançamento da política expansionista da China, época em que as empresas chinesas estatais e privadas iniciaram a busca por novos mercados. Com isso, a China conseguiu obter uma posição de grande proeminência na economia angolana, ao longo da última década. As relações entre estes dois países, de um lado, caracterizam-se pela procura crescente por petróleo e recursos financeiros por parte da China; e, por outro, pela crescente produção de petróleo e necessidade de reconstrução, por parte de Angola. Estas relações fazem com que Angola seja o parceiro comercial principal da China na África, e, ao mesmo tempo, os chineses substituem os Estados Unidos da América como o parceiro comercial principal de Angola (BNA, 2016).

Registra-se que 2014 em particular, 39% das vendas externas de Angola foram destinados para a China. Entre estes, somente 95% foram contabilizadas pelas vendas de petróleo e seus derivados (CARVALHO et al, 2015).

Por outro lado, no que se refere às origens das importações, a China também é o principal parceiro comercial de Angola, como demonstra a figura 5.

Figura 7: Origem das importações de Angola - 2015



Fonte: Banco Mundial, (2016)

Conforme se verifica, China, Portugal, Estados Unidos, Coreia do Sul e Brasil estão entre os 05 maiores provedores internacionais do país. Estes representaram 25,5%, 10,9%, 7,7%, 6,8% e 4,8%, respectivamente, de um total de compras externas transacionado em 2015.

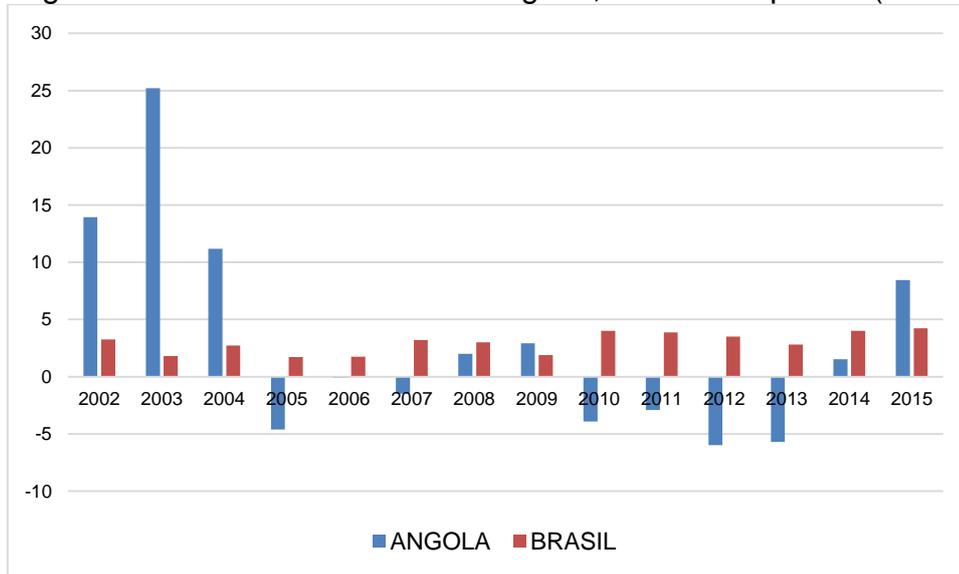
Pode-se constatar que as compras externas de Angola são variadas, resultado da pequena diversificação econômica do país, com a importação variando de bens de consumo, incluindo alimentos, e bens de capital.

Segundo SMITH (1967) os investimentos diretos externos eram motivados principalmente pela possibilidade de obtenção de altas taxas de lucro em mercados em crescimento, facilitados pela possibilidade de financiá-los a taxas de juros relativamente reduzidas no país de origem. Mas também constituíam fator determinante a necessidade de transpor barreiras comerciais e garantir fontes de matérias-primas.

Em Angola e no Brasil encontram-se diversas oportunidades para investimentos estrangeiros e exportação. Uma vez que Angola em relação o Brasil possui uma demanda maior de quase todos os produtos de que necessita. Apesar de existir uma série de barreiras comerciais, medidas protetivas e rigorosos requisitos para a importação, o governo angolano e brasileiro busca minimizar as importações, como forma de tornar a economia local autossuficiente. Em contrapartida, o governo oferece incentivos consideráveis para o desenvolvimento do setor industrial, bem como investimentos para desenvolver o ramo agrícola (VALADARES et al, 2013).

Como apresenta a figura abaixo.

Figura 8: Investimento direto estrangeiro, entradas líquidas (%do PIB)

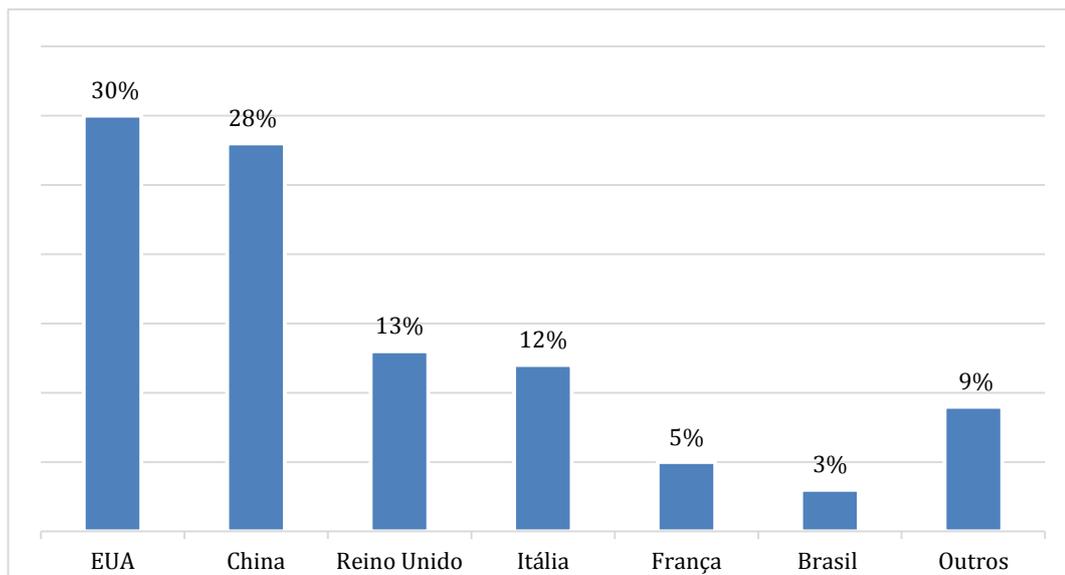


Fonte: Banco Mundial, (2016)

No gráfico acima se pode observar que Angola atraiu mais investidores estrangeiro em relação ao Brasil, nos três primeiros anos consecutivos, tendo seu primeiro declínio em 2005, e o seu maior em 2012, voltando a se recuperar em 2015. Já o Brasil teve investimentos diretos estrangeiros estáveis, apresentando apenas pequenas variações.

Outro demonstrativo do comércio internacional de Angola com outros países pode ser evidenciado a cada vez mais crescente presença de empresas multinacionais (firmas internacionais) no país, os denominados investidores internacionais, dos quais os Estados Unidos é o mais representativo, seguido pela China. Apesar do Brasil ter uma parceria forte com Angola, em relação aos investimentos estrangeiros teve uma participação de 3% apenas em 2015, conforme se pode perceber na Figura 8.

Figura 8: Principais investidores estrangeiros em Angola - 2015



Fonte: Banco mundial, (2016)

Os investidores estrangeiros estão preenchendo o vácuo em muitos outros setores da indústria que permanecem inexplorados ou subdesenvolvidos, mas o Estado mantém uma participação de controle principalmente em setores-chave da indústria e recursos naturais (VILAS-BÔAS, 2014).

Dentre deste contexto, a seguir são apresentadas na figura abaixo, as relações comerciais internacionais de Angola com um de seus parceiros no comércio exterior, ou seja, o Brasil.

4.5 RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E ANGOLA

Nas seções a seguir, caracteriza-se aspectos das relações bilaterais entre Brasil e Angola, verificando-se dados das interações históricas e culturais, políticas e principalmente comerciais.

4.5.1 Relações históricas e culturais

O Brasil é o país latino-americano que mais possui laços históricos e culturais com a África, defendendo as primeiras políticas para o continente já na década de 60. Na verdade, o Brasil tem uma vantagem cultural no continente africano, sobretudo em países de língua portuguesa por que também foi uma colônia de Portugal. A importância da lusofonia é muito clara em países como Angola e também Moçambique (MARQUES, 2010).

As relações entre Angola e Brasil já ocorrem desde o pertencimento de ambas as nações ao mesmo império colonial europeu, ou seja, Portugal. Porém, com a independência do Brasil e Angola sendo mantida sob o domínio da colônia portuguesa não permitiram, por muito tempo, o estreitamento dos laços de afinidade (VILAS-BÔAS, 2014).

Segundo Cunha (2002, p. 141):

As relações Brasil-Angola tiveram início quando os primeiros africanos foram trazidos na condição de escravos para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar. Angola participou ativamente da formação do povo brasileiro, sendo considerada a “mãe negra do Brasil”, o qual acabou por se constituir no segundo maior país de população negra do mundo. O Estado da Bahia, por exemplo, possui um contingente negro superior a muitos países africanos.

Dessa forma, a afinidade linguística-cultural entre Angola e Brasil é sempre lembrada como um fator que facilita as negociações entre os dois países. Além disso, existem determinadas convergências em termos culturais capazes também facilitar certos setores, tais como marketing, propaganda, turismo, materiais publicitários, entre outros, (CUNHA, 2002).

O *status* do Brasil como o segundo país mais negro do mundo, como uma nação emergente, com “democracia racial”, industrializado e anticolonialista faz estreitar os laços com Angola, bem como com outras nações africanas (CUNHA, 2002).

O governo e as empresas brasileiras instaladas em Angola buscam uma atuação mais ética do que a imagem chinesa, por exemplo. Isso porque, em alguns casos, a China é fortemente criticada por seus negócios na África, quando se trata de cuidar do meio ambiente e do cumprimento das leis trabalhistas, por exemplo. Além disso, o Brasil também procura priorizar a ocupação de mão de obra angolana como muitos investimentos, enquanto os chineses movem o trabalho da própria China (BRASIL, 2015).

Existe uma pequena, mas evidente comunidade de brasileiros em Angola, com aproximadamente 5.000 brasileiros registrados naquele país. Por outro lado, a Embaixada Brasileira em Luanda concede cerca de 500 vistos semanais para angolanos que buscam visitar ou conhecer o Brasil (BRASIL, 2013).

4.5.2 Relações políticas

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em novembro de 1975 e ainda deu apoio diplomático ao governo angolano, mesmo no período mais crítico da guerra civil (BRASIL, 2015).

Desde então, estabeleceram relações diplomáticas e os laços de cooperação e amizade têm sido fortalecidos. O diálogo bilateral é bastante fomentado, com pautas diversificadas, implementado por iniciativas bem-sucedidas (VILAS-BÔAS, 2014).

As relações diplomáticas entre ambos os países se baseiam na "Declaração de Parceria Estratégica", que foi assinada no ano de 2010. Nesta declaração, encontra-se a definição de estratégias para desenvolvimento de áreas cujo interesse é mútuo, além das prioridades que foram traçadas no que se refere à cooperação política, técnica e integração econômica (BRASIL, 2015).

Nos últimos anos, o Brasil foram definidos aproximadamente 200 projetos de cooperação nos mais diferenciados setores, tais como tecnologia, medicina, agricultura, entre outros. Também aumentou exponencialmente o número de número de missões brasileiras na região e as reuniões diplomáticas (EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA, 2016).

Em novembro de 2015, o ministro das Relações Exteriores de Angola, efetuou uma visita oficial ao Brasil, no contexto das comemorações do 40º aniversário do reconhecimento pelo Brasil da independência de Angola e estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. Na oportunidade, houve reuniões para discutir os principais temas da agenda bilateral e para abordar questões regionais e multilaterais (BRASIL, 2016).

4.5.3 Relações comerciais

Conforme visto, Angola tem fortes laços históricos, culturais e diplomáticos com o Brasil. Da mesma forma, os aspectos econômicos entre ambos os países também são destacados.

A proximidade dos portos brasileiros com Angola é um dos fatores que mais facilitam os negócios. A capital angola, Luanda, encontra-se a 5.300 km do complexo portuário industrial de Suape, localizado em (Pernambuco). Comparativamente, a distância deste terminal do nordeste brasileiro para o porto argentino de Buenos Aires é de 4.200 Km, enquanto para o porto Vera Cruz, no México, é de 8.000 Km e de

Valparaíso, no Chile, de 9.000 Km (BRASIL, 2013).

Dessa forma, para as firmas brasileiras, que se inserem ou buscam adentrar no mercado angolano, operar em Angola não se torna consideravelmente mais difícil do que atuar em várias outras nações com nível comparável de desenvolvimento (BRASIL, 2013).

Em 2015, havia 66 empresas brasileiras no território angolano, incluindo organizações de renome como a Petrobras, Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e a Vale (BRASIL, 2016).

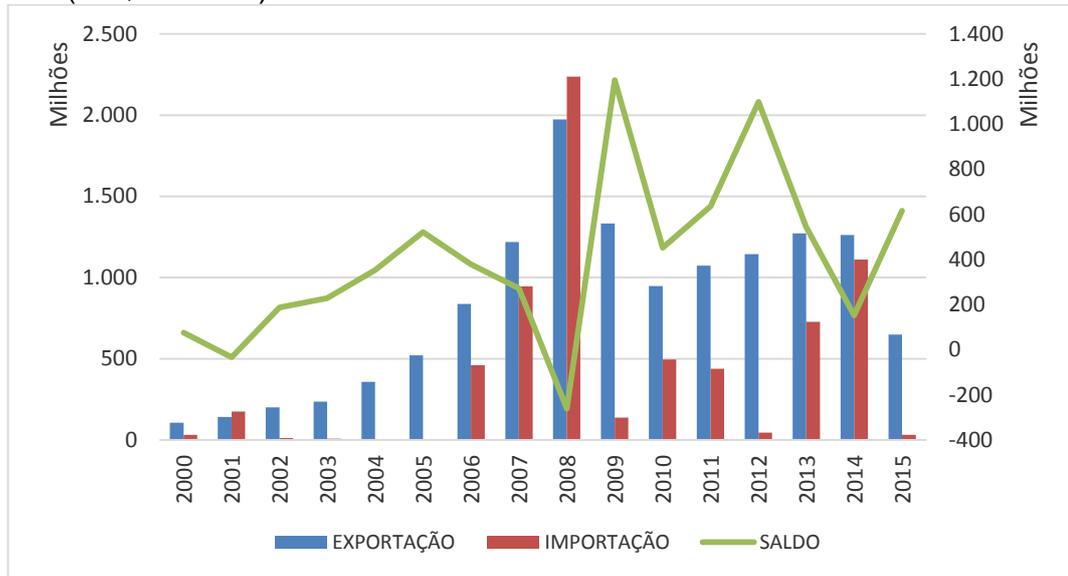
As empresas brasileiras do ramo de construção, como a Odebrecht, são ativamente envolvidas nos planos de construção de habitações planejadas pelo governo de Angola. Estas também são responsáveis por alguns projetos de infraestrutura importantes, como, por exemplo, a Barragem Hidroelétrica de Capanda, no Rio Kwanza (MARQUES, 2010).

Por sua vez, a empresa Vale investiu mais de US \$ 2.000 milhões em uma mina de carvão. Já a empresa Petrobras aumentou as suas operações em Angola e o BNDES concordou em investir créditos adicionais (BRASIL, 2016).

O Banco do Brasil mantém representação em Luanda. O Brasil possui três linhas de crédito com Angola, com o objetivo de financiar a exportação de bens e serviços (BRASIL, 2016).

No comércio internacional, Angola é o principal receptor dos produtos brasileiros na África (VILAS-BÔAS, 2014).

Figura 9: Comportamento do comércio bilateral entre Brasil e Angola – 2015 (US\$ milhões)



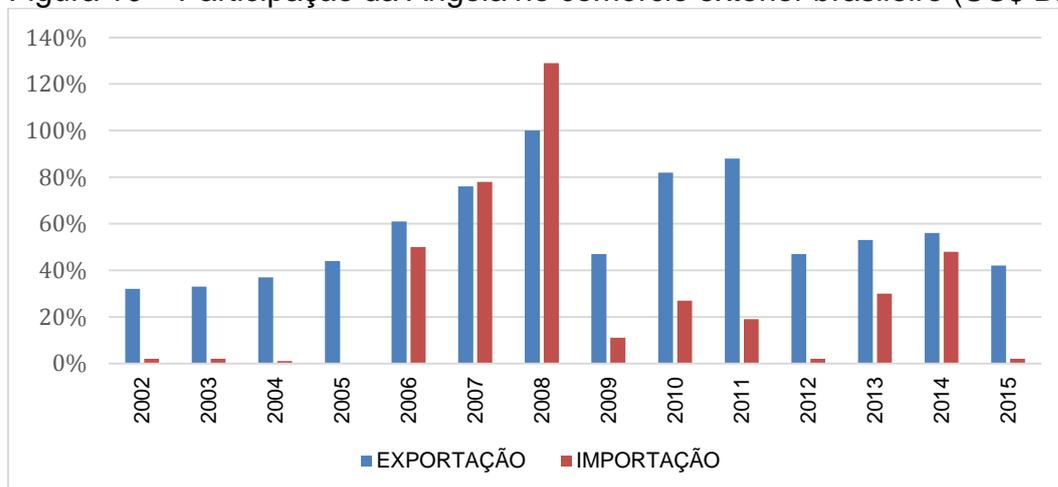
Fonte: MDIC, (2016)

Conforme se observa, o saldo da Balança Comercial brasileira em relação às transações com Angola é sempre superavitário, exceto no ano de 2008, fruto da crise econômica mundial deflagrada nos Estados Unidos.

Verifica-se que o intercâmbio comercial mantém-se crescente até 2008, quando sofre um declínio, mantendo-se estável até 2012, aumentando nos dois anos posteriores. Contudo, em 2014 novamente passa por uma redução, retração esta brusca em 2015. Este declínio é explicado devido ao quadro da crise econômica mundial, em que a diminuição significativa dos preços do petróleo afetou diretamente as economias mundiais.

Diante disso, a participação de Angola no comércio exterior brasileiro pode ser evidenciada na figura 10.

Figura 10 – Participação da Angola no comércio exterior brasileiro (US\$ Bilhões FOB)



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior – SECEX (2016)

Identifica-se no gráfico acima que, mesmo com os laços de cooperação, diplomacia e comercial entre ambos os países, a participação da Angola no comércio exterior brasileira possui pouca representatividade, mesmo que tenha registro de crescimento na série histórica analisada (2002-2015). O maior número de exportações ocorreu em 2008 (1,0%), registrando também no mesmo período o maior volume de importações (1,29%). Contudo, em praticamente todo o período, as exportações e as importações.

5

CONCLUSÃO

Por meio deste estudo, pode-se constatar que o comércio internacional pode ser entendido como o intercâmbio de bens e serviços entre países ou regiões econômicas, por meio de duas partes principais: o importador e o exportador.

É uma atividade de grande interesse para a economia internacional, pois traz reflexos para os Estados, para as firmas e para a sociedade, pois permite que um país possa obter aquilo que necessita, mas que por fatores diversos, não pode produzir, bem como pode vender o que produz devido à abundância de recursos e especialização.

Além disso, o comércio internacional pode ainda atuar no desenvolvimento social ao ajudar a promover o desenvolvimento de países que se encontram em atraso, devido à história ou outros fatores internos como ocorre na República Democrática de Angola.

Neste sentido, conforme foi verificado, Angola é uma nação com recursos naturais valiosos, mas devido à guerra civil registrada, que durou 27 anos, logo após sua independência de Portugal (1975), tornou-se um país devastado, demandante dos mais diferenciados produtos e serviços de origem externa.

O Brasil, por ser um país de estreitas relações culturais com Angola, também possui laços diplomáticos expressivos com aquele país. Foi o Brasil o primeiro país do mundo a reconhecer a independência de Angola, quando então tiveram início às relações comerciais que até hoje se mantêm consistentes.

Frente a este contexto, este trabalho teve por objetivo analisar as relações comerciais entre Brasil e Angola no período 2002 a 2015.

Verificou-se que Angola apresentou o quinto maior crescimento real de sua economia em 2014, sendo a 5ª maior do continente africano e a primeira economia mais importante da África Subsaariana. Angola oferece grandes oportunidades de negócios, possuindo muitos recursos minerais, sobretudo o petróleo. Porém, mesmo com PIB favorável, a riqueza é mal distribuída e os setores são pouco desenvolvidos.

Foi evidenciado que a Balança Comercial, apesar de ser superavitária em todo o período analisado, é concentrada nas exportações de petróleo e seus derivados, o que trouxe reflexos na economia local frente à crise mundial que reduziu o preço deste mineral. Por outro lado, identificou que, por possuir demandas internas

em praticamente todos os setores, faz registrar uma pauta de importação diversificada, apesar de Angola possuir uma rígida política de medidas protetivas e restrições às importações, como forma de desenvolver sua indústria e outros setores locais.

Em relação ao comércio entre Brasil e Angola, foi possível identificar que Angola é o principal receptor de produtos brasileiros na África, figurando na quinta posição, ao absorver 4,8% das importações totais angolanas, sobretudo básicos, semimanufaturados, manufaturados e industrializados. Por outro lado, as importações brasileiras provenientes de Angola concentram-se praticamente no petróleo e seus derivados.

Com isso, foi verificado que a participação de Angola na Balança Comercial brasileira é pouco expressiva, não chegando (salvo rara exceção, em 2008), a 1% na série histórica analisada, tanto nas importações, como nas exportações, mesmo que as exportações brasileiras tenham superado as importações oriundas daquele país.

Frente ao exposto, pode-se concluir que a principal atividade econômica de Angola é caracterizada pela exploração de seus campos de petróleo e seus derivados, o que faz ser o grande abastecedor de recursos naturais para nações desenvolvidas e em desenvolvimento, nos quais se encontra demanda cada vez maior por matéria-prima. No entanto, como resultado, as vendas externas do país dependem diretamente destes produtos. Isso implica que Angola é um grande importador de produtos básicos, como os alimentos, além de outros bens de consumo, o que significa oportunidades numerosas de negócios para o Brasil, que possui uma agricultura bem desenvolvida e um campo industrial amplo.

Com isso, acredita-se que o estudo contribuiu com informações para o fortalecimento da parceria comercial entre os dois países, bem como respondeu ao problema formulado e cumpriu os objetivos pretendidos.

Como sugestão de estudos futuros, recomenda-se ampliar a pesquisa, envolvendo outros países, como os integrantes do Mercosul, para se verificar o comportamento de outras nações no comércio exterior angolano e vice-versa, podendo envolver outros países do continente africano, visando-se verificar como o comércio internacional pode contribuir para o desenvolvimento econômico de países pobres ou emergentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações internacionais e política externa do Brasil**: a diplomacia brasileira no contexto da globalização. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**: um roteiro passo a passo. Rio de Janeiro: Campus - Elsevier, 2009.

ANGOLA. **Guia breve para importadores**. 2013. Disponível em: <<http://www.alfandegas.gv.ao/importadores>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

APPLEYARD, Dennis R.; FIELD Alfred J.; COBB, Steven L. **Economia internacional**. 6 ed. São Paulo: Bookman, 2010.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 2014.

BRASIL. **Angola**: comércio exterior. Brasília: Ministério das Relações Exteriores – MRE, 2016.

_____. **Angola**. 2015. Brasília: Ministério das Relações Exteriores – MRE. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/es/component/tags/tag/990-angola-es>>. Acesso em 10 maio 2016.

_____. **Guia de Negócios Angola**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores – MRE, 2014.

_____. **Oportunidades de Negócios em serviços Brasil e Angola**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores – MRE, 2013.

CAPARROZ, Roberto. **Comércio internacional esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2012.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. **Economia internacional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CARVALHO, Paula Gonçalves . Oil prices challenge the angolan economy. **Economic and Financial Research**, february, 2015.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron

Books, 2002.

CUNHA, Silvio Humberto Passos. As relações econômica Brasil-Angola. **Caderno CRH**, Salvador, n. 36, p. 137-164, jan./jun. 2002.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA. **Sobre Angola**. 2016. Disponível em: <http://www.embaixadadeangola.com.br/v2/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=68>. Acesso em 10 mar. 2016.

GARRAT, Dean. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
GUERREIRO, Franco Caiado. **Guia do investidor em Angola**. Luanda: Palma Arte Gráfica, 2012.

HUNT, E. K. História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro:
Acesso em 20 de maio de 2016 Campus, 2012
http://www.nalijsouza.web.br.com/introd_hpe.pdf.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Vamos conhecer o Brasil:

JATOBÁ, Daniel. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

KAPIASSA, João Baptista Luemba. Visão **do turismo internacional no contexto angolano**. Luanda: Elise, 2014.

KEEDI, Samir. **ABC do comércio exterior**: abrindo as primeiras páginas. 4. ed São Paulo: Aduaneiras, 2011.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional**: teoria e política.. 5.ed. Makron Books, Makron Books, 2001.

LUDOVICO, Nelson. **Mercados e negócios internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2011.

LUZ, Rodrigo. **Comércio internacional e legislação aduaneira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações internacionais**: teoria e história. São Paulo:

Saraiva, 2004.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARIOTTO, Fábio L. **Estratégia internacional da empresa**. São Paulo: Thomson, 2007

MARQUES, Charles da Silva. **A economia de Angola no pós-guerra civil**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas)–Faculdade Moraes Júnior-Mackenzie Rio, Rio de Janeiro, 2010.

RODRIGUES, Cristina Udelsmann. Aspectos socioculturais do desenvolvimento produtivo urbano em angola. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 11/12, 2007.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR – SECEX. 2016. **Intercâmbio comercial brasileiro – Angola**. Disponível em: <<http://www.secex.gov.br/interna/interna.php>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

SILVA, José Ultemar da. **Gestão das relações econômicas internacionais e comércio exterior**. São Paulo: Cengage learning, 2008.

VALADARES, J. L. Brasil e Angola: convergências e divergências epistemológicas sobre os modelos de Administração Pública. **Revista de Ciências da Administração**, v. 15, n. 36, p. 131-142, 2013.

VALÉRIO, Marco Aurélio Gumieri. **Sanções econômicas internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de; LIMA, Miguel; SILBER, Simão Davi. **Manual de economia e negócios internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VILAS-BÔAS, Júlia Covre. **A presença de empresas brasileiras na África: incentivos, atrativos e motivações**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

nosso povo – características da população. Disponível em:

<<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao.html>>. Acesso em 18 de nov de 2016.